HOSPITAL CARE CALEDÔNIA S.A.

CNPJ/ME 25.249.439/0001-83

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.896	25.091	300.580	136.898
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	91.977	82.065
Contas a receber	7	-	-	491.512	331.736
Estoques	8	-	-	69.588	48.949
Impostos a recuperar	9	1.118	545	31.880	16.823
Despesas antecipadas		-	3	1.922	2.401
Partes relacionadas	10	13.422	33.498	-	-
Outros ativos		-	1.440	61.118	44.942
Total do ativo circulante		208.436	60.577	1.048.577	663.814
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.500	2.757
Outros ativos		-	-	8.746	7.179
Opção de compra	12	15.820	14.311	29.550	28.411
IR e CS diferidos	26	-	-	87.553	81.452
Depósitos judiciais	21	206	206	22.156	20.426
Partes relacionadas	10	303.788	186.231	3.549	9
Investimentos	11	932.087	878.086	1.926	2.737
Direito de uso	14	12.630	-	207.283	94.209
Imobilizado	15	8.495	4.894	742.136	685.050
Intangível	16	30.849	8.279	482.333	459.102
Total do ativo não circulante		1.303.875	1.092.007	1.587.732	1.381.332
Total do ativo		1.512.311	1.152.584	2.636.309	2.045.146

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante					
Fornecedores	17	13.514	1.928	213.078	157.296
Empréstimos e financiamentos	18	74.059	64.999	252.983	195.355
Debêntures	18	21.046	-	21.477	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	19	5.205	11.619	144.443	122.597
Passivo de arrendamento	14	2.880	-	35.691	13.978
Contas a pagar por aquisição	13	49.398	32.877	78.534	56.614
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	29.568	21.104
Instrumentos financeiros passivos	27	340	-	2.485	
Dividendos a pagar		-	14.758	502	15.417
Outras contas a pagar		-	1	47.666	24.417
Total do passivo circulante		166.442	126.182	826.427	606.778
Passivo não circulante					
Fornecedores	17	-	-	4.822	10.524
Obrigações trabalhistas e tributárias	19	-	-	23.608	31.962
Empréstimos e financiamentos	18	30.000	22.579	270.231	162.417
Debêntures	18	447.667	309.564	594.326	309.564
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	2.500	5.463
IR e CS diferidos	26	-	-	25.986	16.310
Passivo de arrendamento	14	9.686	-	160.662	87.698
Partes relacionadas	10	248.240	4.491	-	-
Provisão para riscos	21	-	-	59.376	50.253
Opção de venda	12	29.230	28.330	39.100	36.710
Contas a pagar por aquisição	13	11.521	57.570	30.562	95.846
Instrumentos financeiros passivos	27	160	-	1.169	
Outras contas a pagar		2.410	7.774	10.881	15.926
Total do passivo não circulante		778.914	430.308	1.223.223	822.673
Patrimônio líquido	22				
Capital social		541.974	541.974	541.974	541.974
Reserva de capital		4.802	4.802	4.802	4.802
Reserva legal		3.564	3.564	3.564	3.564
Reservas de lucro		16.615	45.754	16.615	45.754
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		566.955	596.094	566.955	596.094
Participação de acionistas não controladores		-	-	19.704	19.601
Total do patrimônio líquido		566.955	596.094	586.659	615.695
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.512.311	1.152.584	2.636.309	2.045.146

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de serviços prestados	23	-	-	2.045.924	1.616.710
Custo dos serviços prestados	24	-	-	(1.799.401)	(1.409.255)
Lucro bruto		-	-	246.523	207.455
Despesas gerais e administrativas	24	(38.226)	(40.032)	(119.202)	(75.117)
Despesas comerciais	24	(629)	(3.478)	(12.981)	(15.594)
Resultado de equivalência patrimonial	24 e 11	21.669	135.080	(328)	(100)
Outras receitas operacionais, líquidas	24	12.075	2.134	15.980	9.406
		(5.111)	93.704	(116.531)	(81.405)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(5.111)	93.704	129.992	126.050
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	28.221	2.705	33.380	17.890
Despesas financeiras	25	(67.006)	(25.139)	(168.264)	(76.907)
		(38.785)	(22.434)	(134.884)	(59.017)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do IR e da CS		(43.896)	71.270	(4.892)	67.033
IR e CS - corrente	26	-	-	(32.595)	(41.664)
IR e CS - diferido	26	-	-	(4.389)	54.325
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(43.896)	71.270	(41.876)	79.694
Participação de acionistas controladores		(43.896)	71.270	(43.896)	71.270
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.020	8.424
Lucro (prejuízo) por ação - R$					
Básico e diluído	22.g)	(0,3394)	0,6205	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(43.896)	71.270	(41.876)	79.694
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(43.896)	71.270	(41.876)	79.694
Atribuível a				
Participação da controladora	(43.896)	71.270	(43.896)	71.270
Participação não controladora			2.020	8.424

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reservas de Lucro	Reserva de capital Transações com acionistas	Prejuízos acumulados	Atribuível aos Acionistas Controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020		493.421	(50.353)	740	-	-	(7.934)	435.874	94.662	530.536
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	71.270	71.270	8.424	79.694
Aumento de capital	22.b) e 22.d)	48.533	-	-	-	-	-	48.533	(48.533)	-
Integralização do capital social	22.d)	20	50.353	-	-	-	-	50.373	-	50.373
Migração de acionistas minoritários	22.h)	-	-	-	-	44.333	-	44.333	(44.333)	-
Ágio em transação de capital	22.g)	-	-	-	-	(31.890)	-	(31.890)	-	(31.890)
Participação de não controladores na aquisição de controladas	22.i)	-	-	-	-	-	-	-	38.211	38.211
Opção de compra e venda em participação	12	-	-	-	-	(7.641)	-	(7.641)	(28.830)	(36.471)
Absorção da reserva legal por prejuízos		-	-	(740)	-	-	740	-	-	-
Reservas	22.e)	-	-	3.564	45.754	-	(49.318)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.c)	-	-	-	-	-	(14.758)	(14.758)	-	(14.758)
Saldos em 31/12/2021		541.974	-	3.564	45.754	4.802	-	596.094	19.601	615.695
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	(43.896)	(43.896)	2.020	(41.876)
Absorção da reserva por prejuízos		-	-	-	(43.896)	-	43.896	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Reversão de provisão de dividendos a pagar	22. d)	-	-	-	14.757	-	-	14.757	-	14.757
Outras mutações		-	-	-	-	-	-	-	83	83
Saldos em 31/12/2022		541.974	-	3.564	16.615	4.802	-	566.955	19.704	586.659

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(43.896)	71.270	(4.892)	67.033
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro do exercício com o caixa líquido aplicado nas operações:					
Depreciações e amortizações	15 e 16	2.358	3.031	39.579	28.989
Amortização de mais-valia	11 e 16	11.129	9.386	16.866	14.367
Amortização direito de uso	14	113	-	25.521	15.197
Resultado de equivalência patrimonial	11	(21.669)	(135.080)	328	100
Receitas com títulos e valores mobiliários	25	-	-	(21.902)	(7.280)
Compra vantajosa	11	-	(5.204)	-	-
Outras receitas		(11.774)	4.908	(7.774)	4.908
Impostos diferidos		-	-	-	1.995
Baixas permanentes de ativo imobilizado e intangível	14, 15 e 16	1.203	822	1.723	1.612
Provisões para provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	21	-	-	2.771	(30.369)
Provisões (reversões) para crédito de liquidação duvidosa	7	-	-	11.212	9.355
Juros incidentes sobre mútuos	10	(23.104)	(713)	115	990
Juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos	18	55.134	17.545	117.909	45.827
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	14	3	-	7.354	5.760
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	5.501	1.279
Receita de atualização de opções	25	(1.509)	-	(1.139)	(90)
Despesa de atualização de opções	25	900	-	2.390	-
Perdas com derivativos	25	500	-	3.654	-
Variações monetárias		4.031	7.751	17.076	17.021
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	7	-	-	(164.745)	(104.623)
Impostos a recuperar	9	(573)	(331)	(14.881)	8.369
Estoques	8	-	-	(20.190)	(12.099)
Despesas antecipadas	21	3	(3)	490	(1.626)
Partes relacionadas	10	3.777	(5.120)	-	479
Outros ativos		1.440	1.706	(17.292)	(17.375)
Depósitos judiciais efetuados	21	-	(206)	(1.360)	(657)
Variação nos passivos operacionais:					
Obrigações trabalhistas e tributárias	19	(6.414)	3.405	9.126	(7.540)
Fornecedores	17	11.586	(7.936)	47.676	16.052
Outras contas a pagar		2.408	(3)	25.537	2.019
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	21	-	-	(4.265)	(2.558)
		(14.354)	(34.772)	76.388	57.135
Juros pagos sobre mútuos	10	-	-	-	(135)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos	18	(45.487)	(14.780)	(121.369)	(23.424)
IR e CS pagos		-	-	(31.075)	(31.693)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(59.841)	(49.552)	(76.056)	1.883
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adição de caixa por aquisições	12	-	-	25	6.552
Adição de caixa por incorporação		-	622	-	622
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	12.247	16.050
Aumento de participação em controlada e aquisição de investimentos	11	(22.215)	(185.334)	(3.395)	(167.919)
Partes relacionadas - mútuo	10	(91.937)	(9.069)	(3.540)	2.964
Aquisição de ativo imobilizado	15	(5.134)	(4.135)	(99.863)	(136.250)
Aquisição de intangível	16	(24.598)	(1.489)	(29.437)	(39.030)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(143.884)	(199.405)	(123.963)	(317.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	22	-	50.353	-	50.353
Dividendos pagos a controladores e não controladores		-	(2.586)	(2.000)	(2.144)
Partes relacionadas (líq. Receb-pgto)	10	240.286	(148.748)	(281)	(3.371)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(177)	-	(43.862)	(18.564)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	212.811	434.564	615.410	488.377
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(46.831)	(90.567)	(148.100)	(177.338)
Pagamento de aquisição em controladas	13	(33.559)	-	(57.466)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		372.530	243.016	363.701	337.313
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		168.805	(5.941)	163.682	22.185
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	25.091	31.032	136.898	114.713
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	193.896	25.091	300.580	136.898
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		168.805	(5.941)	163.682	22.185

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Geração do valor adicionado					
Receita com operações de planos de assistência de saúde	23	-	-	469.884	453.025
Receita de serviços médicos e hospitalares	23	-	-	1.709.117	1.264.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	7	-	-	(11.212)	(9.355)
Outras receitas	23	7.774	-	15.898	18.780
		7.774	-	2.183.687	1.727.149
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços vendidos		-	-	(594.159)	(496.997)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		27.229	29.725	(639.119)	(488.944)
Insumos de publicidade, marketing, fundos de promoção e outros relacionados à venda	24	(629)	(3.478)	(12.981)	(15.594)
Valor adicionado bruto gerado		26.600	26.247	(1.246.259)	(1.001.535)
Retenções					
Depreciações e amortizações	24	(13.600)	(12.417)	(81.966)	(58.553)
Valor adicionado líquido gerado		20.774	13.830	855.462	667.061
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	24	21.669	135.080	(328)	(100)
Receitas financeiras	25	28.221	2.705	33.380	17.890
		49.890	137.785	33.052	17.790
Valor adicionado total a distribuir		70.664	151.615	888.514	684.851
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		33.781	37.551	400.145	286.349
Benefícios		4.136	7.670	69.651	57.649
Fgts		1.759	1.985	33.885	24.240
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		6.865	7.694	208.538	119.585
Municipais		-	-	48.709	40.014
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	25	67.006	25.139	168.264	76.907
Aluguéis	24	1.013	306	1.198	412
Remuneração de capitais próprios:					
Acionistas - lucro (prejuízo) do exercício		(43.896)	56.512	(43.896)	56.512
Dividendo mínimo obrigatório		-	14.758	-	14.758
Participação dos acionistas não controladores nos prejuízos		-	-	2.020	8.425
		70.664	151.615	888.514	684.851

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional A Hospital Care Caledônia S.A. (“Controladora”, “Companhia”, “Caledônia” ou “Hospital Care”) é uma Sociedade Anônima Brasileira, de capital fechado, com sede na Rua Umbú, 291, Campinas/SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades e associações na qualidade acionista, quotista ou associado. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas as atividades estão inseridas nos segmentos de serviço hospitalar, plano de saúde e outros (medicina diagnostica, análise clínica e imagem, esterilização, oftalmologia, consultoria e gestão de saúde). Em 28/04/2021, a Companhia obteve o registro na Categoria A da Comissão de Valores Mobiliários. Abaixo, o quadro resumo das participações societárias:

Controladas diretas, indiretas e coligadas	Participação (%) 2022 Direta	2022 Indireta	2021 Direta	2021 Indireta
Hospital Vera Cruz S.A. (a)	98	-	98	-
Ressonância Magnética Campinas S.A. (b) (h)	-	-	-	98
Clínica de Oftalmologia Vera Cruz S.A. (b)		98	-	98
Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A. (b)		98	-	98
São Lucas Hospital Care S.A. (a)	100	-	100	-
Multilav Esterilizações Ltda. (c)	-	25	-	100
Hospital São Lucas S.A. (c)	-	93	-	93
São Lucas Ribeirânia S.A. (c)	-	100	-	100
Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. (c)	-	100	-	100
Med Medicina Diagnóstica Ltda. (c)	-	100	-	100
São Lucas Ribeirânia Diagnósticos Ltda. (c)	-	98	-	98
Excella Gestão de Saúde Populacional Ltda.	100	-	100	-
Vera Cruz Associação de Saúde	100	-	100	-
2Care Operadora de Saúde Ltda.	100	-	100	-
Baia Sul Hospital Care S.A. (a)	97	-	97	-
Imagem Centro de Diagnóstico S.A. (d)	-	97	-	97
Hospital Baia Sul S.A. (d)	-	97	-	97
Clínica Santa Helena Ltda.	-	97	-	-
Coris Medicina Diagnóstica Vascular Ltda. (d)	-	82	-	82
BGMC Participações S.A.	100	-	100	-
Hospital Nossa Senhora do Pilar S.A.	-	100	-	100
CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda. (e)	-	90	-	90
Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda. (e)	-	90	-	90
Austa Participações S.A. (a)	97	-	96	-
Austa Clínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda. (f)	-	97	-	96
Centro Médico Rio Preto S.A. (f)	-	96	-	96
IMC - Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda. (f)	-	96	-	96
HMC - Hospital do Coração Rio Preto Ltda. (f)	-	96	-	96
Hospital Evangélico de Sorocaba	100	-	100	-
Instituto de Oncologia de Sorocaba	-	75	-	75
Hospital Policlinica Cascavel S.A.	60	-	60	-
Austacor Serviço de Especializado de Hemodinâmica Ltda. (g)	-	19	-	19
Tradimus S.A. (g)	-	50	-	50
Bioxxi Ribeirão Preto Ltda. (g)	-	25	-	25

(a) Em 30/06/2021, a Companhia incorporou acionistas minoritários das controladas Hospital Vera Cruz S.A. (“HVC”), São Lucas Hospital Care S.A. (“SLHC”), Baia Sul Hospital Care S.A. (“BSHC”) e Austa Participações S.A. (“Austa”), o que acarretou mudança no percentual de participação nestas empresas durante o exercício de 2021. (b) Em 30/06/2021, com a migração dos minoritários do HVC para a Hospital Care Caledônia S.A. (“HC”), a participação indireta da HC sobre a RMC, Clínica de Oftalmologia e CMSC aumentou, já que a HC passou a deter 98% do HVC. (c) Em 30/06/2021, com a migração dos minoritários do São Lucas Hospital Care S.A. (“SLHC”) para a HC, esta passou a deter 100% de participação sobre o SLHC e sua participação indireta sobre a Multilav, HSL, HR, RD, MED e HERP aumentou. Adicionalmente, em outubro de 2021, o SLHC passou a deter 100% de participação na Multilav. Em 19/12/2022, a SLHC diminuiu seu percentual de participação para 25% na Multilav. (d) Em 30/06/2021, com a migração dos acionistas minoritários do Baia Sul Hospital Care (“BSHC”) para a HC, esta passou a deter 97% de participação sobre o BSHC aumentando sua participação indireta sobre o HBS e CI. O HBS, por sua vez, detém 84% da Coris Medicina Diagnóstica Vascular Ltda e, portanto, houve aumento de participação indireta nesta empresa. (e) Em 30/06/2021, a BGMC cedeu quotas do INDIC para a CEDIP, de modo que esta passou a deter 100% da INDIC. Adicionalmente a BGMC ganhou 1% de participação na CEDIP e passou a deter 90% de participação. (f) Em 30/06/2021, com a migração dos acionistas minoritários do Austa para a HC, esta passou a deter 96% de participação sobre o Austa, aumentando a participação indireta na IMC, HMC, CM e AC. (g) Trata-se de investimentos em empresas no setor de saúde com operações de interesse da Companhia voltadas para tecnologia da informação especializada em saúde, esterilização de materiais médicos e atendimento clínico cardiológico de alto risco, cujo controle é exercido por outros investidores. (h) Em 2022, a RMC foi incorporada pelo Hospital Vera Cruz S.A. vide nota explicativa 1.1. Controladas diretas As atividades e contextos operacionais das controladas diretas, são como segue: Hospital Vera Cruz S.A. (“HVC”) - Sediado em Campinas (São Paulo) com atividades de pronto-socorro e unidades hospitalares em diversas especialidades. O HVC possui as seguintes subsidiárias: Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A. (“CMSC”), Ressonância Magnética Campinas S.A. (“RMC”, incorporada em 2022) e Clínica de Oftalmologia Vera Cruz S.A. (“COVC”). Vera Cruz Associação de Saúde (“VCAS”) - Entidade sem fins lucrativos situada em Campinas (São Paulo) que até 3/12/2020 detinha um plano de saúde e, a partir de então, passou a ter como fim atividades relacionadas exclusivamente à saúde suplementar, consubstanciado no desenvolvimento de projetos acadêmicos e de pesquisas científicas sobre saúde suplementar, cujas diretrizes e normas são definidas por meio do Regimento Interno da Associação. A carteira de clientes migrou para a 2Care Operadora de Plano de Saúde. 2Care Operadora de Plano de Saúde Ltda. (“2Care”) - Sediada em Campinas (São Paulo) com atividade de plano de saúde. Excella Gestão de Saúde Populacional Ltda. (“Excella”) - Sediada em São Paulo com atividade de consultoria e apoio à gestão de saúde. A Excella possui como subsidiária coligada a Tradimus S.A. (“Tradimus”). São Lucas Hospital Care S.A. (“SLHC”) - “Holding” da área da saúde, sediada em Ribeirão Preto (São Paulo), possui unidades hospitalares com atividades de pronto atendimento e de diversas especialidades. O SLHC possui as seguintes subsidiárias: Hospital São Lucas S.A. (“HSL”), São Lucas Ribeirânia Diagnósticos Ltda. (“SLRD”), São Lucas Ribeirânia S.A. (“HR”), Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. (“HERP”) e Med Medicina Diagnóstica Ltda. (“MED”). Também possui como coligadas a Bioxxi Ribeirão Preto Ltda. (“Bioxxi”) e a Multilav Esterilizações Ltda. (“MLE”). Baia Sul Hospital Care S.A. (“BSHC”) - “Holding” da área da saúde, sediada em Florianópolis (Santa Catarina), possui unidades hospitalares com atividades de pronto-socorro e de diversas especialidades que oferecem serviços de saúde, salas de estudos e reuniões, biblioteca e centro de treinamento dentro das mais modernas técnicas de arquitetura, engenharia, medicina e gestão, com o objetivo de garantir comodidade, agilidade, humanização e segurança. O BSHC possui as seguintes subsidiárias: Hospital Baia Sul S.A. (“HBS”), Coris Medicina Diagnóstica Vascular Ltda. (“Coris”), Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A. (“CI”) e Clínica Santa Helena Ltda. (“CSH”). BGMC Participações S.A. (“BGMC Part.”) - Sediada em Curitiba (Paraná), possui participação em outras sociedades e associações, na qualidade acionista, cotista ou associado. A BGMC Part. possui as seguintes subsidiárias: Hospital Nossa Senhora do Pilar Ltda. (“Hospital Pilar”), CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda. (“CEDIP”) e INDIC – Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda. (“INDIC”). Austa Participações S.A. (“Austa”) - Sediada em São José do Rio Preto (São Paulo) com atividades de consultoria em gestão empresarial. A Austa possui como subsidiárias a Austa Clínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda. (“AC”), Centro Médico Rio Preto S.A. (“CM”), Hospital do Coração Rio Preto Ltda. (“HMC”) e Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda. (“IMC”). Também possui como coligada a Austacor – Serviço Especializado de Hemodinâmica Ltda (“Austacor”). Hospital Evangélico de Sorocaba S.A. (“HES”) – Sediado em Sorocaba (São Paulo) com serviços ambulatoriais, pronto atendimento cardiológico, exames e análises clínicas. O HES possui como subsidiária a Onco Clínicas Especializadas Ltda. (“IOS”). Hospital Policlínica Cascavel S.A. (“HPC”) – Sediado em Cascavel (Paraná) com atividades de serviços ambulatoriais, pronto atendimento cardiológico, cirurgias cardíacas, neurológicas, ortopédicas e transplantes, UTIs Adulto, Coronariana e Neonatal. Controladas indiretas Ressonância Magnética Campinas S.A. (“RMC”) - Controlada direta da HVC, possui atividades de prestação de serviços médicos de diagnósticos por imagem com ou sem uso de radiação ionizante, ressonância magnética, tomografia computadorizada, radiologia, ecografia e outros métodos que vierem a ser introduzidas abrangendo utilização de materiais e contrastes utilizados nos exames, atinentes à sua área de atuação, bem como atividade médica ambulatorial pertinente com recursos para realização de exames complementares, procedimentos cirúrgicos, atendimento a urgências em pronto-socorro com assistência 24 horas e serviços correlatos. Clínica de Oftalmologia Vera Cruz S.A. (“COVC”) - Controlada direta da HVC, realiza práticas de atividades médicas ambulatoriais para a realização de consultas médicas e multiprofissionais, procedimentos clínicos, cirúrgicos e exames complementares, na especialidade de oftalmologia. Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A. (“CMSC”) - Controlada direta da HVC, possui atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, laboratórios clínicos, serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, serviços de tomografia, atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio, serviços de diagnóstico por registro gráfico e outros análogos, serviços de quimioterapia, serviços de hemoterapia, atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificada anteriormente, serviços combinados e apoio administrativo. Hospital São Lucas S.A. (“HSL”) - Controlada direta da SLHC, possui atividades de manutenção de serviços hospitalares, em seu estabelecimento, com assistência médica, geral e especializada. São Lucas Ribeirânia Diagnósticos Ltda. (“SLRD”) - Controlada direta da SLHC, possui atividade de laboratório de diagnóstico por imagem, métodos gráficos, radiologia convencional e intervencionista, tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, ecografia, densitometria óssea, laboratório de análises clínicas, cito patologia e anátomo patologia, eletromiografia, eletroencefalografia, mapa, “holter”, teste ergométrico e provas de função pulmonar. São Lucas Ribeirânia S.A. (“HR”) – Anteriormente denominada São Lucas Ribeirânia Ltda., é controlada direta da SLHC e possui atividades de exploração do ramo de serviços hospitalares com assistência médica geral e especializada. A HR possui duas subsidiárias: Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. (“HERP”) e Med Medicina Diagnóstica Ltda. (“MED”). Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. (“HERP”) – Controlada direta do HR, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. Med Medicina Diagnóstica Ltda. (“MED”) – Controlada direta do HR, possui atividades de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante. Hospital Baia Sul S.A. (“HBS”) – Controlada direta da BSHC, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. Clínica Santa Helena Ltda. (“CSH”) - Controlada direta da BSHC, é uma clínica/maternidade voltada à prestação de serviços médicos hospitalares, principalmente as especialidades de ginecologia, obstetrícia, pediatria e anestesiologia. Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A. (“CI”) - Controlada direta do Baia Sul Hospital Care S.A, Sediada em Florianópolis (Santa Catarina) com atividade de serviços de diagnóstico por imagem. Coris Medicina Vascular Ltda. (“Coris”) – Controlada direta do HBS, com o objetivo de oferecer tratamento da doença vascular periférica em Florianópolis, possui corpo clínico especializado e atendimento de exames, procedimentos minimamente invasivos, cirurgias e diagnóstico. Hospital Nossa Senhora do Pilar Ltda. (“Hospital Pilar”) – Controlada direta da BGMC, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda. (“CEDIP”) - Controlada indireta da BGMC Part., possui atividades no ramo de diagnóstico por imagens, mediante a realização de exames em radiologia vascular e intervencionista, tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, densitometria óssea, radiologia geral e especializada e mamografia. INDIC – Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda. (“INDIC”) - Controlada direta da CEDIP, possui atividades de serviços de diagnóstico por imagem, incluindo tomografia computadorizada, ultrassonografia e ressonância magnética. Austa Clínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda. (“AC”) - Controlada direta da Austa, possui atividades de plano de saúde. Centro Médico Rio Preto S.A. (“CM”) – Anteriormente denominado Centro Médico Rio Preto Ltda., é controlada direta da AP, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. Hospital do Coração Rio Preto Ltda. (“HMC”) - Controlada direta do CM, possui atividades de serviços médicos hospitalares em geral e atividades correlatas. Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda. (“IMC”) – tem como nome fantasia IMC - Instituto de Moléstias Cardiovasculares, é controlada direta do CM e possui atividade ambulatorial especializada em cardiologia. Onco Clínicas Especializadas Ltda. (“IOS”) – Controlada direta do HES, possui atividade médica especializada em Oncologia. Coligadas Tradimus S.A. (“Tradimus”) – Coligada da Excella, possui atividades de desenvolvimento de programas de computador, consultoria em TI, suporte técnico, manutenção e outros serviços em TI. Bioxxi Ribeirão Preto Ltda. (“Bioxxi”) – Coligada da SLHC, opera no segmento de esterilização de materiais médicos na região de Ribeirão Preto. A nova sociedade assumirá a central de esterilização de materiais médicos do Hub Ribeirão Preto e prestará serviços para todos os hospitais desta unidade de negócio. Multilav Esterilizações Ltda. (“MLE”) – investimento da SLHC, possui atividades de serviços de lavanderia industrial, de esterilização de materiais médicos e hospitalares e manutenção e reparos em equipamentos e instrumentos médicos hospitalares. Austacor Serviço Especializado de Hemodinâmica Ltda. (“Austacor”) – Coligada da CM, opera no segmento de atendimentos clínicos de pacientes com graves problemas cardiológicos, neurológicos e vasculares utilizando a hemodinâmica para o tratamento de dor. 1.1) Incorporação da controlada indireta Ressonância Magnética Campinas S.A. Em 16/09/2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação da Ressonância Magnética Campinas S.A. pelo Hospital Vera Cruz S.A. com base em laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis na data de 1/07/2022, tendo como data base 30/06/2022. O acervo líquido incorporado foi de R$5.527 negativo, conforme abaixo:

Ativos adquiridos	Acervo líquido incorporado
Caixa e equivalentes de caixa	174
Contas a receber	13.302
Estoques	374
Outros créditos	381
Despesas antecipadas	32
Imobilizado	12.297
Intangível	187
	26.747
Passivos assumidos	
Empréstimos e financiamentos	(1.788)
Fornecedores	(1.854)
Obrigações tributárias	(746)
Obrigações trabalhistas	(1.420)
Adiantamento de clientes	(22.252)
Outras obrigações	(4.214)
	(32.274)
Acervo líquido incorporado	(5.

...continuação custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconhece o valor justo de determinados ativos adquiridos suportado por laudos de avaliadores independentes. A Administração, com base na sua experiência em transações de aquisições, avalia a adequação dos valores determinados. Contudo, essas avaliações levam em conta determinado nível de julgamento. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Ágio O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ágio relativo as aquisições das empresas, a Administração considerou como unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Arrendamento mercantil Conforme o CPC 06 (R2) /IFRS 16 o ativo de direito de uso "arrendamento" é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Fornecedores Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Essas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. Empréstimos e financiamentos São reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Custos de captação Os custos dos empréstimos são contabilizados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Provisões Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde Provisões técnicas são constituídas nas controladas operacionais 2Care e AC e são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Outros ativos e passivos Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Instrumentos financeiros Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e de suas controladas quando este for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros não derivativos – classificação e mensuração Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial a Companhia avalia cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: i) A Companhia não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. ii) A Companhia transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. Classificação dos ativos financeiros Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no momento do desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os ganhos de juros calculados de acordo com o método dos juros efetivos, os ganhos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes Esses ativos são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como lucro nos resultados, exceto se os dividendos representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. Os principais ativos financeiros da Companhia e de suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, partes relacionadas, contas a receber e opção de compras. Passivos financeiros Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for quitada, revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida no resultado. Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, opção de compra, partes relacionadas e contas a pagar por aquisição, mensurados pelo custo amortizado. Compensação de instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. "*Impairment*" de ativos financeiros A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por "*impairment*", para todos ativos financeiros avaliados a custo amortizado. O montante da perda por "*impairment*" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "*impairment*" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "*impairment*" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Reconhecimento de receitas O CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes estabeleceu um novo modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços médicos. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A aplicação da norma não impactou a mensuração e apresentação das receitas da Companhia, uma vez que as receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados, e dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Receitas financeiras A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. Tributos As receitas de prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições conforme alíquotas apresentadas a seguir:

Impostos	Taxa
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	2,00% a 5,00%
Contribuição para Financiamento Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%

Os impostos sobre as vendas acima descritos são apresentados como redutora da receita na demonstração do resultado. As despesas de imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. As alíquotas aplicadas são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é considerada no cálculo sendo limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos em geral são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade. Algumas Sociedades da Companhia realizam a apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre elas, de acordo com a respectiva natureza. Nesse caso o percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. Apurada a base de cálculo, para o cálculo do IRPJ, aplica-se a alíquota de 15% e de 10% sobre a base de cálculo tributável excedente de R$60 por trimestre. Já para o cálculo da CSLL, aplica-se o percentual de 9% sobre a base de cálculo apurada. Sociedades tributadas com base na apuração de lucro real: • Hospital Care Caledônia S.A., Hospital Vera Cruz S.A., Vera Cruz Associação de Saúde, 2 Care Operadora de Saúde Ltda., São Lucas Hospital Care S.A., Hospital São Lucas S.A., São Lucas Ribeirânia Diagnostico Ltda., São Lucas Ribeirânia S.A., Multilav Esterilizações Ltda., Baia Sul Hospital Care S.A., Hospital Baia Sul S.A., BGMC Participações S.A., Hospital Nossa Senhora do Pilar Ltda., Austa Participações S.A., Austa Clínicas Assistência Médica Hospitalar Ltda., Centro Médico Rio Preto S.A., Hospital do Coração Rio Preto Ltda., Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda., Hospital Cristão de Sorocaba S.A., Hospital Policlínica Cascavel S.A., Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda, Clínica Santa Helena Ltda. e Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A.. Sociedades tributadas com base na apuração de lucro presumido: • Clínica de Oftalmologia Vera Cruz S.A., Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A., Excella Gestão de Saúde Populacional Ltda., Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda., Med Medicina Diagnostico Ltda., Coris Medicina Vascular Ltda., CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda., Vera Cruz Associação de Saúde e Instituto de Oncologia de Sorocaba. • O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Resultado básico e diluído por ação Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo, o resultado básico e diluído por ação é o mesmo. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. Demonstrações dos fluxos de caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2). Informações por segmento O Grupo opera no segmento hospitalar, planos de saúde e outros. Além da análise por segmento, os tomadores de decisões da Companhia analisam cada segmento de forma desagregada pelo resultado de cada unidade. A Companhia não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional. **Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas** Os principais normativos emitidos pelo *IASB* - *International Accounting Standards Board* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31/12/2022 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
Definition of Accounting Estimates - Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outros itens, no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Lease Liability in a Sale and Leaseback – Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que com exceção a aplicação da norma IFRS 17, não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *IFRS 17 – Insurance Contracts* / CPC 50 - Contratos de Seguros Divulgada em maio de 2017, a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A IFRS 17 introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação comparado à norma atualmente vigente IFRS 4 – Contratos de Seguros. Em maio de 2021, o CPC aderiu a esta norma através do CPC 50 – Contratos de Seguros. A IFRS 17/CPC 50 será aplicada a: • contratos subscritos de seguro e resseguro; • todos os contratos de resseguro mantidos; e • contratos de investimento com característica de participação discricionária. Esta norma traz a necessidade da separação dos contratos de seguros em grupos de contratos, ou cortes com no máximo 12 meses de emissão. Além disso, cada grupo de contrato passa a ser dividido com base na expectativa de rentabilidade apresentada por esses portfólios, onde em seu reconhecimento inicial pode ser classificado como: • grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; • grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente; e • grupo de contratos remanescentes na carteira, ou seja, contratos rentáveis. Além disso, a norma traz novos modelos de mensuração para os contratos de seguro, cujos modelos não eram previstos na IFRS 4. Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração podem ser segregados em três categorias, conforme abaixo: a) Abordagem de Mensuração Geral ("Building Block Approach" – BBA) É o modelo padrão da norma, podendo ser aplicado à todos os contratos com exceção dos contratos de participação direta que possuem um modelo contábil específico. No BBA, o passivo/ obrigação dos contratos serão mensurados de acordo com seguintes blocos: 1. Fluxos de caixa futuros esperados: de prêmios, sinistros, benefícios, despesas e custos de aquisição; 2. Desconto "Valor do dinheiro no tempo": ajustes que convertem o fluxo de caixa futuro em valores correntes; 3. Ajustes de riscos (RA): competem em avaliações específicas da companhia sobre as incertezas do valor e a época dos fluxos de caixa futuros; e 4. Margem de Serviço Contratual ("MSC"): correspondente à expectativa de "Lucro" que o contrato possa fornecer. A MSC representa o lucro não auferido do grupo de contratos de seguro que a entidade reconhecerá conforme a prestação de serviços no futuro. É incluída na receita diferida no passivo do balanço e reconhecida no resultado à medida que os serviços são prestados. A MSC é ajustada a medida em que ocorra mudanças nos fluxos de caixa futuros estabelecidos no item 1 acima. Se for esperado que o grupo de contratos de seguro gere uma perda, caso sejam determinados como onerosos no seu reconhecimento inicial ou em períodos subsequentes, ao invés de se registrar uma MSC negativa, um componente de perda é reconhecido imediatamente no resultado quando o grupo de contratos onerosos é reconhecido inicialmente ou um grupo de contratos se torna oneroso. b) Abordagem de Taxa Variável ("VARIABLE FEE APPROACH" - VFA) É um modelo aplicável à contratos de seguro com características de participação direta que contenham as seguintes condições: • os termos contratuais especificam que o segurado participa de uma parcela de um pool de itens subjacentes claramente identificados; • a entidade espera pagar ao titular da apólice um valor igual a uma parcela substancial dos retornos de valor justo sobre os itens subjacentes; e • espera-se que uma proporção substancial dos fluxos de caixa que a entidade espera pagar ao titular da apólice varie de acordo com as mudanças no valor justo dos itens subjacentes. c) Abordagem de Alocação de Prêmios ("PREMIUM ALLOCATION APPROACH" - PAA) É um modelo simplificado em relação ao BBA e VFA, permitido para grupos de contratos de seguro, que tenham o limite de contrato inferior a 12 meses. Esse modelo é opcional e pode ser aplicada a: • todos os contratos de seguro que não sejam aqueles com características de participação direta, desde que o modelo PAA produza uma mensuração que não seja materialmente diferente daquela produzida aplicando-se o modelo BBA; e • contratos com limite contratual inferior a um ano (período de cobertura de um ano ou menos).O modelo PAA possui reservas para cobertura remanescente, baseado no modelo de prêmios não ganhos, assemelhando-se a IFRS 4, porém com diferenças pontuais no mecanismo de avaliação e apresentação. A norma permite ainda que a apropriação da receita no modelo PAA seja realizada concomitantemente com a liberação de risco dos contratos de seguro classificados nesse modelo contábil. Transição da norma Existem 3 tipos de abordagens para aplicação da transição da IFRS 17/CPC 50, que poderão ser adotadas por portfólio, sendo: • Abordagem Retrospectiva Total ("Full Retrospective Approach" - FRA); • Abordagem Retrospectiva Modificada ("Modified Retrospective Approach" -MRA); • Abordagem de Valor Justo ("Fair Value Approach" - FVA). A IFRS 17/CPC 50 determina que o modelo prioritário a ser aplicado é a abordagem retrospectiva total (FRA) o qual pede informações completas do grupo de contratos, desde a data inicial da prestação do contrato de seguro. Entretanto a aplicação dele se dará de acordo com a disponibilidade ou qualidade de dados existentes, que é determinada em decorrência de esforços que a companhia terá que realizar para acessar esses dados e até qual data a companhia terá acesso as suas informações, uma vez que mudanças sistemáticas podem fazer com que alguns contratos muito antigos percam suas informações desde o início de sua vigência. A Companhia poderá encerrar a busca quando o acesso a estes dados for impraticável, ficando a seu critério a escolha entre as demais abordagens de transição (MRA ou FVA). De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer. Aplicação e conformidade com o *IFRS 17* Para adesão íntegra à norma, fica estabelecido a necessidade de adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. Essa transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. Com sua adoção a partir de 1º/01/2023 e com a primeira publicação anual para o fim deste mesmo ano, a Companhia deverá divulgar suas demonstrações financeiras comparativas referentes ao exercício de 2022. Atualmente a Companhia conta com o apoio de uma consultoria externa especializada no tema, que vem realizando as tratativas inerentes aos impactos iniciais da IFRS 17. Até a data da publicação desta demonstração financeira a Companhia não possui condições de apresentar com exatidão uma expectativa de impacto quantitativo, porém, com o intuito do mapeamento da situação atual e das ações necessárias para fins de adequação aos requerimentos da nova norma de contratos de seguros, a Companhia vem apresentando os resultados obtidos à alta administração. **4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos** As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam complexidade e julgamento relevante, estão contempladas abaixo. (a) Reconhecimento da receita Nas empresas operacionais investidas, a receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. No caso dos convênios, a Companhia aplica a tabela contratual de preços. De forma geral, as notas fiscais são emitidas quando o convênio aprova a remessa de procedimentos enviada previamente para análise. Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não ocorreu são reconhecidos como "Receitas a faturar". Para as receitas decorrentes das empresas de planos de assistência à saúde o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se trata de contratos com preços preestabelecidos. Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. (b) Provisão para perdas de créditos esperadas (PCE) É prática da Companhia constituir provisão para perdas de créditos esperadas com base na expectativa de perda esperada com os clientes. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados de acordo com a chance de êxito do processo judicial, a ser estimada pelo departamento jurídico ou terceiros. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa ocorre no momento do recebimento dos créditos. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, considerando as perdas históricas e esperadas. Nas operadoras de planos de saúde as contas a receber de beneficiários são registradas no mês de início da cobertura do risco menos a perdas de créditos esperadas (PCE). (c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na nota explicativa nº 16.d). (d) Impostos diferidos Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. (e) Provisões para riscos A Companhia reconhece provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis com base na avaliação da probabilidade de êxito. Essa avaliação inclui o estudo das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos contingentes estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, considerando a expectativa de desembolso de caixa. (f) Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde A Companhia reconhece as provisões obrigatórias contando com apoio de atuariais independentes. A Administração tem conforto que essas provisões estão em linha com as necessidades de cobertura exigidas e constantemente avalia as premissas e impactos da operação nas suas provisões. (g) Arrendamento A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial (se aplicável) a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que p

...continuação simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada, no valor nominal de R$45 milhões, com vencimento em 29/12/2026, tendo como debenturista a controladora Hospital Care Caledônia S.A. As debêntures são remuneradas de forma exponencial em 100% da variação do DI acrescida de 2,7% ao ano. O pagamento será realizado em parcela única. (vii) Em 22/12/2021, o Hospital Baía Sul S.A. realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada, no valor nominal de R$29,5 milhões, com vencimento em 22/12/2026, tendo como debenturista a controladora Hospital Care Caledônia S.A. As debêntures são remuneradas de forma exponencial em 100% da variação do DI acrescida de 2,7% ao ano em parcela única. O pagamento será realizado em parcela única. (viii) Em 5/01/2022, o Hospital São Lucas S.A. realizou o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debentures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada" no valor de R$15.000 com vencimento em 5 de janeiro de 2027. As debêntures são remuneradas de forma exponencial em 100% da variação do DI acrescida de 2,7% ao ano em parcela única. O pagamento será realizado em parcela única. Movimentação dos saldos de mútuo, prestação de serviços, dividendos e debêntures A movimentação dos saldos de partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo em 31 de dezembro	219.729	33.019	9	3.450
Recuperação (despesas) e reembolso de despesas	57.051	50.983	-	-
Recebimento de recuperação de despesas	(56.828)	(48.540)	-	(479)
Juros sobre mútuos	1.031	713	-	2
Mútuos	76.937	13.560	3.540	(2.964)
Adição (reversão) de dividendos	(21.246)	21.246	-	-
Debêntures	15.000	148.748	-	-
Juros sobre debêntures	25.536	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	317.210	219.729	3.549	9

	Controladora	
Passivo	**2022**	**2021**
Saldo em 31 de dezembro	4.491	-
Adições	243.816	4.491
Juros incorridos	3.463	-
Pagamento de principal	(3.530)	-
Pagamento de encargos financeiros	-	-
Saldo em 31 de dezembro	248.240	4.491

Remuneração da Administração Os administradores são diretores estatutários e membros do Conselho de Administração que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Os valores pagos aos administradores são a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. A Companhia não possui os seguintes benefícios relacionados: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. A remuneração dos administradores é reconhecida no resultado como despesas gerais e administrativas e monta o valor de R$13.055 (R$8.942 em 2021). **11. Investimentos** Composição dos saldos

	Controladora	
Ativo	**2022**	**2021**
Participação societária	461.316	396.186
Ágio	307.250	307.250
Mais-valia	209.058	209.058
Amortização de mais-valia	(45.537)	(34.408)
Investimentos	932.087	878.086

Movimentações - controladora	**Investimentos**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	516.752
Aumento de participação (a)	200.970
Ágio na aquisição (b)	52.223
Aquisição de empresa com patrimônio líquido negativo (b)	(52.223)
Transações de capital (c)	11.583
Resultado de equivalência patrimonial	135.080
Amortização de mais-valia (b)	(9.386)
Dividendos a receber	(21.246)
Efeito incorporação da equivalência nas aquisições dos minoritários (d)	4.075
Valor justo de mais-valia	40.258
Saldo em 31 de dezembro de 2021	878.086
Aumento de participação (d)	22.215
Resultado de equivalência patrimonial	21.669
Reversão de dividendos a receber	21.246
Amortização de mais-valia (c)	(11.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	932.087

A Companhia realizou os seguintes aumentos de capital em suas controladas: BGMC no montante de R$61.566, 2CARE no montante de R$20.200, Excella no montante de R$7.433, HES no montante de R$1.500 e HPC no montante de R$57.786. Adicionalmente, houve o aumento de capital pela incorporação da SF279 no montante de R$48.534, a compra de participação dos acionistas minoritários das controladas (HVC, SLHC, BSHC e AP) no montante de R$2.601 referente à incorporação (vide nota explicativa nº 1.3) e outras adições no montante de R$1.350. (b) Refere-se à aquisição da controlada HES (nota explicativa nº 12). (c) Refere-se a compra vantajosa do HPC em R$5.204, opção de venda do HPC em R$28.330, opção de compra do HPC negativa em (R$14.310) e opção de compra do IOS negativa em (R$7.641). (d) Refere-se à compra de participação dos acionistas minoritários das controladas HVC, SLHC, BSHC e AP. Informação resumida dos investimentos

2022

	Capital	Participação direta e indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido
HVC	59.491	97,95%	731.263	530.841	200.422	26.097
SLHC	65.090	100,00%	30.273	532	29.741	(9.845)
2Care	21.800	100,00%	124.584	43.752	80.832	437
BSHC	22.369	97,08%	102.562	8.168	94.394	40.440
BGMC	86.920	99,70%	136.625	44.479	92.146	(4.017)
AP	20.000	96,72%	46.504	67.983	(21.479)	(34.940)
Excella	10.960	100,00%	5.249	3.032	2.217	(2.559)
HES	4.200	100,00%	97.717	144.999	(47.282)	4.692
HPC	13.018	60,00%	47.723	26.961	20.762	4.696
VCAS	-	100,00%	14.534	7.694	6.840	(934)

2021

	Capital	Participação direta e indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado líquido
HVC	59.491	97,95%	435.705	272.182	163.523	55.245
SLHC	65.090	100,00%	39.779	5.389	34.390	35.357
2Care	21.800	100,00%	120.362	39.885	80.477	5.156
BSHC	22.369	97,08%	54.112	5.407	48.705	25.738
BGMC	66.901	99,70%	128.399	52.255	76.144	6.511
AP	20.000	96,72%	21.809	8.347	13.461	(15.108)
Excella	8.610	100,00%	5.310	3.184	2.126	(2.963)
HES	4.200	100,00%	67.275	119.249	(51.974)	8.144
HPC	13.018	60,00%	36.734	20.668	16.066	352
VCAS	-	100,00%	15.695	7.921	7.774	4.907

Em 17/12/2020, houve incorporação de ações, de forma que foi constituída a empresa Baia Sul Hospital Care S.A. ("BSHC"), que passou a ser controladora direta de 100% do capital social do Hospital Baia Sul ("HBS") e da Clínica Imagem ("CI"). 11.1. Investimentos - Consolidado A Companhia reconhece sua participação em coligadas, nas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. Em 31/12/2022 o total de resultado de equivalência patrimonial sobre as empresas coligadas foi um prejuízo de R$328 e o saldo de investimento no montante líquido total de R$1.926 sendo R$2.063 da Tradimus, R$342 da Austacor e um passivo de investimento de R$479 na Multilav. Coligadas Uma coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, participando das decisões políticas, financeiras e operacionais, sem que haja o controle individual ou conjunto. A Austacor é uma coligada da Companhia através de sua controlada indireta CM. Austacor Serviço de Especializado de Hemodinâmica Ltda. ("Austacor") Em 31/12/2022 o Centro Médico Rio Preto S.A. ("CM"), controlada indireta da Companhia, possuía participação societária de 20%, sendo 192.000 cotas no valor de um real cada, no capital social da Austacor. A Austacor é uma companhia de capital fechado que opera no segmento de atendimentos clínicos de pacientes com graves problemas cardiológicos, neurológicos e vasculares utilizando a hemodinâmica para o tratamento de dor. A Companhia avaliou e concluiu que a Austacor é uma coligada na medida que as decisões sobre atividades relevantes requerem o consentimento de pelo menos 75% dos votos representativos do capital social dos sócios da Austacor e a participação de cada sócio não pode exceder 25% do capital social da empresa. Tradimus S.A. Em 26/05/2021, a Excella Gestão de Saúde Populacional Ltda., controlada da Companhia, celebrou contrato de aquisição de participação da Tradimus S.A. ("Tradimus"). O acordo de acionistas ocorreu por meio de sua interveniente e autorizada Semantix Participações S.A. ("Semantix") localizada em São Paulo/SP. A Tradimus é uma companhia de capital fechado que opera no segmento de solução tecnológica voltada a serviços com foco em tornar Hospitais, Clínicas e Laboratórios mais lucrativos através da eficiência operacional. Em conexão com o objetivo estratégico da Companhia de expandir suas atividades o acordo prevê que a Excella passe a deter 708.500 ações ordinárias, pelo valor total de R$10.037 correspondente à 50% de participação na Tradimus. O processo de reconhecimento e mensuração dessa compra foi realizado em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 e os ativos adquiridos e passivos assumidos não possuíam ajustes a valor justo (mais-valia) relevantes, conforme laudo preparado por especialista independente. Conforme avaliação, a Companhia concluiu pela não consolidação da coligada em conformidade com o CPC 36 (R3) / IFRS 10. Em 2022, a Tradimus apresentou receita líquida de R$4.047 e prejuízo líquido de R$878, sendo R$439 de prejuízo correspondente a atual participação da Excella. Bioxxi Ribeirão Preto Ltda. ("Bioxxi") Em 28/07/2021, a São Lucas Hospital Care S.A., controlada da Companhia, celebrou contrato de aquisição de 25% de participação da Bioxxi Ribeirão Preto Ltda., no montante de R$2,5. A Bioxxi é uma companhia de capital fechado que foi constituída para operar no segmento de esterilização de materiais médicos na região de Ribeirão Preto. Considerando o não avanço do projeto inicialmente proposto, em 19/11/2022 foi realizado o distrato social da empresa. Multilav Esterilizações Ltda. Em 19/12/2022, a SLHC diminuiu seu percentual de participação na Multilav Esterilizações Ltda. para 25% como parte da venda de participação e tornando-se uma coligada (vide nota explicativa 1.2). **12. Combinação de Negócios** a) Aquisições ocorridas em 2022 e 2021 Aquisição da clínica Santa Helena Em 29/05/2022, a Companhia expandiu suas operações através da controlada direta BAÍA SUL HOSPITAL CARE S.A. ("comprador") por meio de aquisição de participação societária da CLÍNICA SANTA HELENA LTDA. ("CSH" e ou "Sociedade") através do "Termo de Fechamento e de 1º Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Quotas Sob Condições Suspensivas" referente a aquisição de 100% de cotas da Sociedade. A Clínica Santa Helena é uma clínica-hospital maternidade tradicional em Florianópolis - SC, iniciando suas atividades em 1993 sendo referência em gestação de risco e UTI Neonatal (Unidade de Terapia Intensiva de recém-nascido). Durante o processo de aquisição, a Administração avaliou riscos, direitos e obrigações relacionados à entidade, estabeleceu condições, garantias e declarações pertinentes ao negócio e procedeu, com base nas informações disponíveis e julgamento, com todos os registros considerados devidos. Em contrapartida à aquisição das Quotas Adquiridas, o Comprador pagará aos Vendedores um montante total de R$5.741, sendo: • a primeira parcela no montante de R$1.942 na data da transação; • a segunda parcela no montante de R$1.942 a ser paga em até 30 dias após a finalização do processo de ajuste do preço de aquisição que, por sua vez, possui um prazo de 90 dias entre a data do fechamento e a data de conclusão do processo, ou seja, a segunda parcela será paga até 30 de setembro de 2022; • a terceira parcela no montante de R$1.857 ficará retido pelo prazo de 5 anos a contar da data de fechamento da transação, ou seja, até 31/05/2027. Exceto a parcela paga à vista, todos os montantes deverão ser corrigidos pelo IPCA/IBGE. Preço complementar ("earn-out") Em adição ao preço de aquisição, as partes estabeleceram uma parcela complementar ao preço de aquisição a ser apurado pelo múltiplo de 10 vezes o Ebitda de 12 (doze) meses anteriores a data da efetiva verificação da condição do preço complementar dos ativos pertencentes ao Grupo Econômico Baia Sul subtraído da Dívida Líquida dos ativos indicados na data que corresponde a 30 dias anteriores a data de verificação da condição do preço complementar multiplicado por 1,03%. O grupo econômico Baia Sul contempla as empresas Baia Sul Hospital Care S.A., Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A., Coris Medicina Vascular Ltda, Clínica Santa Helena Ltda e futura "Unidade de Pediatria" a ser constituída pelo grupo econômico. Em consonância às definições do CPC 15 (R1) /IFRS 3 - Combinação de Negócios, a Companhia concluiu que a entidade adquirida atendeu a definição de "controlada". Para se chegar a esta conclusão a Administração avaliou os seguintes aspectos: (i) as atividades relevantes da Entidade. (ii) Como decisões relevantes sobre as atividades são tomadas. (iii) Quem possui influência e poder para influenciar as decisões. (iv) Exposição a riscos e benefícios das atividades. Os ativos e passivos adquiridos foram avaliados a valor justo na data da transação e a alocação do preço de compra foi realizado através de laudo preparado por especialistas independentes conforme requerido pelo CPC 15 (R1)/IFRS 3. A Companhia aplicou os conceitos da IFRS 13 ("Fair Value Measurement") e do CPC 15 (R1) (Combinação de negócios) onde o valor justo é definido como "o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração". Os custos de aquisição referente a transação foram de R$289, registrados na rubrica despesas gerais e administrativas. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como o valor justo dos ativos identificáveis e o ágio foram determinados por avaliadores independentes. Os montantes auferidos estão demonstrados a seguir:

Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	25
Contas a receber	6.243
Estoques	449
Impostos a recuperar	176
Despesas antecipadas	11
Outros ativos	451
Depósitos judiciais	370
Imposto de renda e contribuição social diferidos	814
Direito de uso	15.403
Imobilizado	2.205
Intangível	99
	26.246
Passivos	
Fornecedores	(1.302)
Empréstimos e financiamentos	(477)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.846)
Partes relacionadas	(250)
Honorários médicos a pagar	(1.102)
Passivo de arrendamento	(15.403)
Provisão para riscos	(2.208)
Outras contas a pagar	(199)
	(23.787)
Total dos ativos líquidos a valor justo	2.459
% adquirido pela Companhia	100%
Participação da Companhia nos ativos líquidos adquiridos	2.459
Pagamento à vista	1.942
Parcela de contas a pagar	3.799
Earn-out	3.571
Total de contraprestação	9.312
Ágio determinado na data da aquisição	6.853
Contribuição para o Grupo de receitas desde a data de aquisição	16.949
Contribuição para o Grupo com prejuízo antes dos tributos desde a data de aquisição	(1.882)
Receitas da adquirida desde o início do exercício	30.994
Prejuízo da adquirida antes dos tributos desde o início do exercício	(3.590)

O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. Aquisições de 2021 O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como o valor justo dos ativos identificáveis e os ágios foram determinados por avaliadores independentes. Os montantes auferidos estão demonstrados a seguir:

Localidade		Curitiba/PR		Sorocaba/SP	Cascavel/PR	
Empresa	**Nota**	**INDIC**	**HES**	**IOS**	**HPC**	**Total**
		(i)	(ii)	(iii)	(iv)	
Data da aquisição		30/04/2021	31/05/2021	09/08/2021	30/11/2021	
Participação adquirida (%)		100%	100%	75%	60%	
Ativos adquiridos a valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa		49	2.527	83	3.893	6.552
Aplicações financeiras		-	-	525	-	525
Contas a receber		338	8.473	3.173	11.483	23.467
Estoques		-	1.731	1.070	1.543	4.344
Adiantamentos		2	-	6	-	8
Impostos a recuperar		134	-	-	1.118	1.252
Outros ativos		1	427	-	144	572
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	-	2.127	2.127
Depósitos judiciais		-	-	-	207	207
Investimentos		-	-	-	61	61
Imobilizado	15	464	4.227	1.355	82.140	88.186
Direito de Uso	14	2.102	3.884	2.263	-	8.249
Intangível	16	1	-	219	-	220
		3.091	21.269	8.694	102.716	135.770
Passivos adquiridos a valor justo						
Fornecedores		(839)	(11.106)	(2.603)	(4.801)	(19.349)
Folha de pagamento		(108)	(28.605)	(372)	(5.867)	(34.952)
Passivo de arrendamento	14	(2.102)	(3.702)	(2.263)	-	(8.067)
Empréstimos e financiamentos	18	(83)	(25.306)	-	(1.037)	(26.426)
Honorários médicos		-	-	(379)	-	(379)
Impostos a recolher		(121)	-	(473)	(606)	(1.200)
Outras contas a pagar		-	(97)	(244)	(324)	(665)
Provisão para riscos		(443)	(4.676)	(100)	(8.949)	(14.168)
		(3.696)	(73.492)	(6.434)	(21.584)	(105.206)
Total dos ativos líquidos a valor justo		(605)	(52.223)	2.260	81.132	30.564
Participação da Companhia nos ativos líquidos adquiridos		(605)	(52.223)	1.696	48.679	(2.453)
Pagamento à vista	13	1.364	-	16.088	29.188	46.640
Parcela de contas a pagar	13	1.031	-	7.379	28.598	37.008
Pagamento em troca de ações		517	-	-	-	517
Total de contraprestação		2.912	-	23.467	57.786	84.165
Participação de não controladores		-	-	(564)	(32.453)	(33.017)
Opção de compra		-	-	(14.010)	(14.311)	(28.321)
Ganho por compra vantajosa		-	-	-	5.204	5.204
Ágio		3.517	52.223	7.761	-	63.501
Contribuição para o Grupo de receitas desde a data de aquisição		4.365	55.781	14.579	5.980	80.705
Contribuição para o Grupo com lucro (prejuízo) antes dos tributos desde a data de aquisição		130	7.729	3.467	(271)	11.055
Receitas da adquirida desde o início do exercício		5.996	93.951	35.506	76.256	211.709
Lucro (prejuízo) da adquirida antes dos tributos desde o início do exercício		(1.516)	(34.546)	9.726	(8.762)	(35.098)

Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda. ("INDIC") Em 30/04/2021, a BGMC Participações S.A. ("BGMC"), controlada da Companhia, celebrou o contrato por meio do qual (i) a BGMC adquiriu 2.316.000 cotas representativas de 80% do capital social do INDIC - Instituto de Diagnóstico por Imagem de Curitiba Ltda., localizado em Curitiba-PR e (ii) os sócios originais do INDIC subscreveram um aumento de capital social da BGMC a ser integralizado com as cotas remanescentes detidas por eles no INDIC. A BGMC passou a deter 100% do capital social do INDIC e os sócios do INDIC passaram a deter 0,304% do capital social da BGMC. O preço de aquisição foi de R$2.068, sendo R$1.364 pagos na data de aquisição e R$1.031 a pagar em junho de 2022. Hospital Evangélico de Sorocaba ("HES") Em 1º/06/2021, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda por meio do qual adquiriu da Associação Evangélica Beneficente, 100% das ações de emissão do Hospital Cristão de Sorocaba S.A. (após a sua conversão em sociedade anônima), também conhecido como Hospital Evangélico de Sorocaba ("HES") localizado em Sorocaba/SP. As partes declararam integralmente satisfeitas as condições suspensivas acordadas e o preço de aquisição foi de R$1 (um real), pago na data de aquisição. Este preço de aquisição considera o valor total dos ativos da Companhia descontado do valor da dívida líquida de referência do HES. Instituto de Oncologia de Sorocaba ("IOS") Em 9/08/2021, o Hospital Cristão de Sorocaba S.A. ("HES" ou "comprador"), e diversas partes vendedoras, aqui denominadas coletivamente Cotistas da Onco Clínicas Especializadas Ltda. ("IOS" e ou "Sociedade"), assinaram o "contrato de compra e venda de cotas e outras avenças" (CCV) referente a aquisição de 75% de cotas do IOS - Instituto de Oncologia de Sorocaba. O IOS é uma clínica tradicional líder no tratamento oncológico na região de Sorocaba. Em contrapartida à aquisição das Cotas Adquiridas, o Comprador pagará aos Vendedores um montante total de R$23.467, sendo R$16.088 pagos na data do fechamento (referente a 70% do preço de aquisição) - 9/08/2021. A segunda parcela está vinculada a apuração do EBITDA referente ao exercício de 2022 condicionado caso o resultado do EBITDA 2022 (i) seja inferior ao EBITDA Alvo, será efetuado um desconto de 50% no valor da Parcela a Prazo; (ii) seja superior ao EBITDA Alvo, será efetuado um acréscimo de 50% no valor da Parcela a Prazo. Em ambos os casos, para a verificação do atingimento do EBITDA Alvo, é admitido em contrato uma variação de até 3,5% de forma a não haver alteração no valor original da segunda parcela. Em 30/09/2021, os valores referentes à segunda parcela (referente a 30% do preço de aquisição) foram calculadas por avaliadores independentes no valor de R$3.447 e o "Earn-out" no valor de R$3.932 a serem pagas até 30/04/2023. Adicionalmente, o CCV ainda estabelece uma opção de compra para o HES e uma opção de venda para o antigo acionista, contendo as seguintes considerações: Os Vendedores do IOS, ou de forma individualizada, terão o direito de vender, e a Compradora terá a obrigação de comprar parte ou a totalidade das cotas de propriedade dos Vendedores na data do exercício de tal opção de venda ("Opção de Venda"); e a Compradora terá o direito de comprar e os Vendedores terão a obrigação de vender parte ou a totalidade das Cotas de sua propriedade na data do exercício de tal opção de compra ("Opção de Compra"). A Opção de Venda e a Opção de Compra, em conjunto, ou de forma individualizada, conforme aplicável, poderão ser exercidas a partir de 1º/01/2023 e até 30/06/2023. A partir da Data de Fechamento e até 31/05/2023, os Vendedores obrigam-se a não transferir, direta ou indiretamente, quaisquer Cotas de que forem titulares ou direitos decorrentes de tais Cotas, dispensada nessa hipótese qualquer aprovação pela Compradora. A partir de 31/05/2023, caso a Opção de Venda ou Opção de Compra não tenha sido exercida, os Vendedores poderão transferir livremente suas Cotas. Opção de compra A Companhia poderá exercer sua Opção de Compra pela totalidade das Ações Objeto remanescentes até 30/06/2023. Com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra foi determinado em R$14.010 na data da aquisição e registrado como um direito na rubrica "Opção de compra" no ativo não circulante foi considerado na formação de preço de compra e consequentemente na determinação do ágio. Em 31/12/2021 os valores determinados foram atualizados pelo método de "Monte Carlo" e estimados em R$14.100. Em 31/12/2022 o valor da opção é de R$13.730, sendo a variação de R$370 registrado no resultado financeiro. Opção de venda O acionista minoritário poderá exercer uma opção de venda até 30/06/2023, e, em conjunto com o período de exercício de compra. Na data da aquisição, o valor presente da opção de venda de R$8.141 foi registrado como uma obrigação na rubrica "Opção de venda" no passivo não circulante, em contrapartida ao patrimônio líquido na rubrica "instrumentos patrimoniais", uma vez que os efeitos da potencial aquisição podem ocorrer em uma situação em que a Companhia já possui o controle da investida, conforme previsto na norma IAS 32 / CPC 39. Adicionalmente. Em 31/12/2022, a opção de venda a valor presente foi determinada em R$9.870 e a variação de R$1.490 foi reconhecida no resultado financeiro. Hospital Policlínica Cascavel S.A. ("HPC") Em 08/10/2021, o Hospital Care Caledônia S.A. ("Companhia") e os Acionistas Atuais do Hospital Policlínica S.A. ("HPC" ou "Sociedade") celebraram o Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações e Outras Avenças ("CCV"), referente à aquisição e subscrição de 60% do capital social total e votante do HPC representando 2.577 ações ordinárias. Em 30/11/2021, foi realizado o termo de fechamento referente à transação. Fundado em 1968, o Hospital Policlínica Cascavel é referência para alta complexidade e consolidou-se em diversas especialidades no interior do Estado do Paraná. Em contrapartida à aquisição das Ações Adquiridas, a Companhia pagará aos Vendedores um montante total de R$57.786, sendo R$29.188 pagos na data do fechamento e o saldo remanescente a ser pago até 30/05/2023 (18 meses). A Companhia concordou com a interpretação dos atuais acionistas que passaram a ser "não controladores" de reter o valor de R$771 (para cada parcela) apurado pelo produto do valor de R$5.000 e o percentual dos acionistas vendedores, que foi de 15,42%. Em 30/11/2021, foi realizado o acordo de acionistas estabelecendo uma opção de compra para a Companhia e uma opção de venda para o antigo controlador (acionistas minoritários). Neste acordo, os acionistas originais outorgam à Companhia uma opção de compra ("Opção de Compra") sobre a totalidade das ações de emissão da Sociedade Investida detidas pelos acionistas originais, que nesta data são representativas de 40% do capital social votante e total, pela qual a Companhia (investidora) terá a opção de comprar a totalidade das ações dos Acionistas Originais e os Acionistas Originais terão obrigação de vender tais ações. Da mesma forma, a Companhia (investidora) outorga aos Acionistas Originais, neste ato, uma opção de venda ("Opção de Venda") sobre a totalidade das ações de emissão da Sociedade Investida, de titularidade dos Acionistas Originais que nesta data são representativas de 40% do capital social votante e total, pela qual os Acionistas Originais terão a opção de vender as ações para a Companhia e a Companhia terá a obrigação de comprar tais ações. As opções poderão ser exercidas somente após o decurso do prazo de 4 anos contados da data de fechamento e a partir do mês subsequente ao mês de fechamento e aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior ao ano do 4º aniversário da data de fechamento. Caso a Opção de Venda não seja exercida pela totalidade dos Acionistas Originais, a Companhia poderá exercer sua Opção de Compra pela totalidade das Ações Objeto remanescentes para que detenha, ao final dos exercícios de Opção de Compra e Opção de Venda, 100% da participação do HPC. O preço a ser pago pela Companhia aos Acionistas Originais será calculado de acordo com o atingimento de metas de Receita Líquida da Companhia ao final do 4º aniversário da data de fechamento, conforme abaixo: • meta de receita líquida acima de R$120 milhões, preço de opção de R$56 milhões. • meta de receita líquida acima de R$100 milhões e abaixo de R$120 milhões, preço de opção de R$48 milhões. • meta de receita líquida abaixo de R$100 milhões, preço de opção de R$30 milhões. Os valores acima serão corrigidos anualmente pela variação positiva do IPCA/IBGE a partir da data de fechamento até a data em que ocorrer o seu cálculo, para fins da receita líquida e seu efetivo pagamento, para fins do Preço da Opção. Adicionalmente, os acionistas originais obrigam-se a não transferir, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, qualquer quantidade de suas respectivas Ações do HPC durante o período em que os Acionistas Originais ainda permanecerem como acionistas, ou durante o prazo de 5 anos contados a partir de 30/11/2021, o que for maior. Opção de compra A Companhia poderá exercer sua Opção de Compra pela totalidade das Ações Objeto remanescentes até 30 de novembro de 2025 (prazo de 4 anos) a partir da data de assinatura do acordo de acionistas. Com base em estudos preparados por especialistas independentes, o valor justo da opção de compra foi determinado pelo método de "Monte Carlo" em R$14.311 na data da aquisição e registrado como um direito na rubrica "Opção de compra" no ativo não circulante e considerado na formação de preço de compra e consequentemente na determinação do ágio. Em 31/12/2022, o valor da opção foi atualizado em R$15.820, sendo a variação de R$1.590 registrado no resultado financeiro do exercício. Opção de venda O acionista minoritário poderá exercer uma opção de venda até 30/11/2025 (prazo de 4 anos) a partir da data de assinatura do acordo de acionistas, e, em conjunto com o período de exercício de compra. Em 31/12/2021, o valor presente da opção de venda foi determinado em R$28.330, registrando uma obrigação na rubrica "Opção de venda" no passivo não circulante em contrapartida ao investimento na Controladora e reclassificado no patrimônio líquido dos acionistas não controladores para o Consolidado. Em 31/12/2022, o valor da opção foi atualizado em R$29.230, sendo a variação de R$900 registrado no resultado financeiro do exercício. Tanto o valor justo da opção de compra quanto o valor presente da opção de venda na data da aquisição, foram calculados por avaliadores independentes utilizando o "método de Monte Carlo". b) "Put and call options" A Companhia possui contratos firmados com os acionistas não controladores de determinadas controladas que incluem opções de compra e venda referente a participação remanescente não detida pela Companhia. Tanto a opção de compra e opção de venda referem-se as aquisições do IOS e HPC realizadas durante o exercício de 2021. A opção de compra de ambas as aquisições, foi determinada a valor justo na data da aquisição e posteriormente atualizados pelo método de "Monte Carlo". O ganho ou perda mensurado após a data de aquisição e o período reportado está sendo registrado no resultado financeiro. A opção de venda de ambas as aquisições, foi determinada a valor presente na data da aquisição e posteriormente atualizada em cada período de reporte. O ganho ou perda mensurado após a data de aquisição e o período reportado está sendo registrado no resultado financeiro. As condições dessas opções, sua valorização inicial e movimentações subsequentes estão demonstradas a seguir:

Movimentação em 2022	**Data da emissão**	**Saldo em 2021**	**Ganho (perda) com opções no exercício**	**Saldo em 2022**
Opção de compra				
Instituto de Oncologia de Sorocaba	09/08/2021	14.100	(370)	13.730
Hospital Policlínica Cascavel S.A.	30/11/2021	14.311	1.509	15.820
		28.411	1.139	29.550
Opção de venda				
Instituto de Oncologia de Sorocaba	09/08/2021	(8.380)	(1.490)	(9.870)
Hospital Policlínica Cascavel S.A.	30/11/2021	(28.330)	(900)	(29.230)
		(36.710)	(2.390)	(39.100)

Movimentação em 2021	**Data da emissão**	**Valor justo na data da aquisição**	**Ganho (perda) com opções no exercício**	**Saldo em 2021**
Opção de compra				
Instituto de Oncologia de Sorocaba	09/08/2021	14.010	90	14.100
Hospital Policlínica Cascavel S.A.	30/11/2021	14.311	-	14.311
		28.321	90	28.411
Opção de venda				
Instituto de Oncologia de Sorocaba	09/08/2021	(8.141)	(239)	(8.380)
Hospital Policlínica Cascavel S.A.	30/11/2021	(28.330)	-	(28.330)
		(36.471)	(239)	(36.710)

Contas a Pagar por Aquisição	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Caledônia				
VCAS (a)	11.521	10.745	11.521	10.745
BGMC (b)	-	18.422	-	18.422
HPC (c)	30.485	29.360	30.485	29.360
Austa (d)	18.913	31.920	18.913	31.920
	60.919	90.447	60.919	90.447
BGMC				
CEDIP (e)	-	31.645	-	47.050
INDIC	-	790	-	757
	-	32.435	-	47.807
HES				
IOS (f)	-	7.280	-	7.601
	-	7.280	-	7.601
Austa				
IMC	-	2.829	-	3.328
HMC	-	194	-	361
	-	3.023	-	3.689
HBS				
Coris	-	-	-	2.916
	-	-	-	2.916
BSHC				
CSH (g)	-	5.439	-	-
	-	5.439	-	-
	60.919	90.447	109.096	152.460
Circulante	49.398	32.877	78.534	56.614
Não circulante	11.521	57.570	30.562	95.846

	Controladora		Consolidado	
Movimentação:	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Saldo inicial	90.447	83.702	152.460	188.021
Adições (i)	-	57.786	9.313	83.648
Pagamentos (ii)	(33.559)	(59.401)	(61.344)	(128.005)
Atualização monetária	4.031	7.751	8.667	11.587
Outros	-	609	-	(2.791)
Saldo final	60.919	90.447	109.096	152.460

Em 2022, o saldo de 9.313 (consolidado) refere-se à aquisição da CSH, vide nota explicativa nº 12. Em 2021, o saldo de R$57.786 (controladora) refere-se à aquisição do HPC e o saldo de R$83.648 (consolidado) refere-se às aquisições do IOS, INDIC e HPC, conforme nota explicativa nº 12. (ii) Refere-se ao pagamento das aquisições realizadas nos exercícios de 2022 e 2021. a) VCAS Em 31/05/2017 a Caledônia realizou um contrato de compra e venda de 100% do capital social da Vera Cruz Associação de Saúde. O saldo a pagar pela aquisição é corrigido mensalmente pela pelo IPCA com vencimento em maio de 2023. b) BGMC Em 9/12/2019, a Caledônia S.A. firmou um contrato de compra e venda de 100% do capital social da BGMC Participações S.A. A primeira parcela equivalente a 46% do preço de aquisição, pago na data de fechamento; a segunda parcela, equivalente a 13% do preço de aquisição, paga em 3 meses contados da data de fechamento, a terceira parcela, equivalente a 19% do preço de aquisição paga em 12 meses contados da data de fechamento e a quarta parcela, equivalente a 21% do preço de aquisição paga em 24 meses contados da data de fechamento. O saldo a pagar pela aquisição foi corrigido pelo INPC. c) HPC Em 08/10/2021, o Hospital Care Caledônia S.A. ("Companhia") celebrou o Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações e Outras Avenças, referente à aquisição e subscrição de 60% do capital social total e votante do HPC. Em contrapartida à aquisição das Ações Adquiridas, a Companhia pagará aos Vendedores um montante total de R$57.786, sendo R$29.188 pagos na data do fechamento e o saldo remanescente a ser pago até 30/05/2023 (18 meses). O saldo a pagar

...continuação

Consolidado	Taxa média anual amortização %	Custo 2021	Amortização acumulada 2021	Adições (i)	Baixas	Transferência por alocação de mais valia	Amortização	Saldo líquido 2022
Sistemas e aplicativos	20	27.808	(14.343)	8.062	(153)	-	(3.944)	17.430
Software em andamento	-	494	-	20.565	-	-	-	21.059
Ágio de rentabilidade futura	-	396.185	-	7.820	-	(967)	-	403.038
Mais-valia	10	72.359	(23.481)	-	-	-	(8.145)	40.733
Marcas e patentes	10	86	(6)	26	-	-	(33)	73
Total		496.932	(37.830)	36.473	(153)	(967)	(12.122)	482.333

A adição do software em andamento refere-se principalmente a implementação do SAP e o Data Lake, na controladora, a data prevista final da implementação será em dezembro de 2023. b) Movimentação e composição dos saldos em 31/12/2021

Controladora	Taxa média anual amortização %	Custo 2020	Amortização acumulada 2020	Adições	Amortização	Saldo líquido 2021
Sistemas e aplicativos	20	12.136	(2.484)	1.489	(2.862)	8.279
Total		12.136	(2.484)	1.489	(2.862)	8.279

Consolidado	Taxa média anual amortização %	Custo 2020	Amortização acumulada 2020	Adições	Baixas	Transferência por alocação de mais valia (ii)	Transferências	Amortização	Saldo líquido 2021
Sistemas e aplicativos	20	31.735	(9.537)	7.444	(596)	-	(8.369)	(7.212)	13.465
Software em andamento	-	494	-	-	-	-	-	-	494
Ágio de rentabilidade futura (i)	-	349.455	-	63.501	-	(24.453)	7.682	-	396.185
Mais-valia	10	62.855	(17.338)	9.504	-	-	1.980	(8.123)	48.878
Marcas e patentes	10	1.379	(6)	-	-	-	(1.293)	-	80
Total		445.918	(26.881)	80.449	(596)	(24.453)	-	(15.335)	459.102

Refere-se à adição decorrente do excesso de preço pago em aquisições de combinação de negócios no montante de R$63.501, vide nota explicativa nº 10. (ii) Refere-se à transferência dos saldos de mais valia de imobilizado, preliminarmente registrados como ágio, após finalização do laudo de alocação de preço decorrente de combinação de negócios ocorrido no final do exercício de 2020 (Austa, IMC, HMC e CI). c) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios: A composição dos saldos de ágio e mais valia consolidado dos exercícios de 2022 de 2021 estão resumidas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio rentabilidade futura (i)	403.038	396.185
Mais-valia Carteira de Clientes (ii)	40.733	48.878
	443.771	445.063

Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação. (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 2 e 10 anos A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo intangível e o de suas controladas. d) Teste de avaliação ao valor recuperável - ágio A Companhia efetuou os testes de recuperação dos seus ágios seguindo os critérios do CPC 01 (R1)/ IAS 36 e independentemente da existência de indicativos de perda de seu valor de recuperação. O "goodwill" foi alocado nas seguintes unidades geradoras de caixa, para as quais os testes para verificação de "impairment" são realizados anualmente:

	2022	2021
Hospital Vera Cruz S.A.	2.427	2.427
Pronto Atendimento Centro Médico São Camilo S.A.	751	751
Ressonância Magnética Campinas	6.521	6.521
2Care Operadora de Saúde Ltda.	22.280	22.280
São Lucas Hospital Care S.A.	40.136	40.136
Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda.	8.127	8.127
Med Medicina Diagnóstica Ltda.	5.922	5.922
Imagem Centro de Diagnóstico S.A.	32.157	32.157
Hospital Baia Sul S.A.	25.513	25.513
BGMC Participações S.A.	50.568	50.568
CEDIP - Clínica de Diagnóstico por Imagem do Paraná Ltda.	71.362	71.362
INDIC – Instituto de Diagnósticos por Imagem de Curitiba	3.517	3.517
Austa Participações S.A.	40.089	40.089
IMC - Equipamentos Cardiovasculares Rio Preto Ltda.	16.516	16.516
HMC - Hospital do Coração Rio Preto Ltda.	1.184	1.184
Coris Medicina Diagnóstica Vascular Ltda.	9.131	9.131
Hospital Evangélico de Sorocaba S.A.	52.223	52.223
Instituto de Oncologia de Sorocaba	7.761	7.761
Clínica Santa Helena Ltda.	6.853	-
	403.038	396.185

O valor recuperável das UGC's é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração e taxa de desconto anual "Weighted Average Cost of Capital - WACC" de 12,97%. As projeções dos fluxos de caixa para o período de 10 anos, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e investimentos em capital de giro, estão baseadas no orçamento anual aprovado pela Administração e feitas pela unidade geradora de caixa. As principais premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa são: • Receitas: projetadas por hospital, clínicas e operadoras de planos de saúde de 2023 a 2031 (10 anos) em linha com o histórico de crescimento médio de 4,5% ao ano das unidades considerando o crescimento da quantidade de atendimentos conforme maturação das unidades. • Custos e despesas operacionais: projetados com base no desempenho histórico e no crescimento estimado das receitas e inflação projetada de 4,0% ao ano. • Investimentos fixos: as projeções de investimentos fixos visam à reposição da depreciação da base de ativos fixos operacionais. • Investimentos em capital de giro: projetados com base no desempenho histórico, bem como no crescimento das receitas. Os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram apurados por meio do cálculo de perpetuidade pelo modelo Gordon--Shapiro considerando um crescimento anual constante de 3% que corresponde à taxa prevista de inflação. A Administração acredita que nenhum tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável em análise. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. **17. Fornecedores**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores de materiais, medicamentos e serviços	13.514	1.929	210.254	163.345
Fornecedores de ativos fixos	-	-	189	1.707
Fornecedores de materiais de uso e consumo	-	-	7.457	2.768
	13.514	1.929	217.900	167.820
Circulante	13.514	1.929	213.078	157.296
Não circulante	-	-	4.822	10.524

18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures a) Composição dos saldos - Controladora

Linhas de crédito	Credores	Indexador / Juros	Vencimento final	Amortização	2022	2021
Capital de giro	Alpha	2,5% a.a. CDI +	20/09/2023	Final	20.083	20.000
Capital de giro	Itaú Bra-	3,39% a.a. CDI +	21/09/2023	Final	20.369	32.578
Capital de giro	desco Itaú /	1,72% a.a. CDI +	14/12/2023	Final Semes-	32.960	35.000
Debênture	BTG San-	2,70% a.a. CDI +	15/07/2026	tral Semes-	320.100	309.564
Debênture	tander	2,70% a.a. CDI +	28/12/2027	tral Semes-	148.614	-
Capital de giro	Safra	2,15% a.a.	14/11/2025	tral	30.645	-
Total					572.772	397.142
Circulante - Empréstimos e Financiamentos					74.059	64.999
Circulante - Debêntures					21.046	-
Não circulante - Empréstimos e Financiamentos					30.000	22.579
Não circulante - Debêntures					447.667	309.564

Composição dos saldos - CONSOLIDADO

Linhas de crédito	Credores	Indexador / Juros	Vencimento final	Amortização	2022	2021
Debenture	Itaú /BTG	CDI + 2,70% a.a.	15/07/2026	Semestral	320.100	309.564
Debenture	BTG/ITAU	CDI + 1,77% a.a.	13/12/2028	Final	147.090	-
Debenture	Santander	CDI + 2,70% a.a.	28/12/2027	Semestral	148.614	-
BNDES	Santander	TJLP 1,45% a.a. + 2,51% a.a.	15/08/2027	Mensal	52.373	45.927
BNDES	Santander	2,53% a.a.	15/12/2027	Mensal	22.007	14.474
BNDES	Santander	2,53% a.a.	15/12/2027	Mensal	6.368	6.979
BNDES	Itaú	TJPL 3% a.a. + 7,45% a.a.	17/07/2023	Mensal	150	980
BNDES	Itaú	TJLP + 10.90 a.a.	16/01/2023	Mensal	593	1.421
Capital de Giro	Bradesco	CDI+ 3,33% a.a.	01/07/2024	Semestral	65.329	-
Capital de Giro	Itaú	CDI + 2,38% a.a.	01/04/2024	Anual	40.553	-
Capital de Giro	Santander	CDI + 2,30% a.a.	29/01/2024	Trimestral	30.783	-
Capital de Giro	UNICRED	CDI + 2,06 % a.a.	28/01/2028	Mensal	30.405	-
Capital de Giro	Bradesco	CDI + 1,72% a.a.	14/12/2023	Final	32.960	35.000
Capital de Giro	Safra	CDI + 2,15% a.a.	14/11/2025	Semestral	30.647	-
Capital de Giro	Bocon	CDI + 1,80% a.a.	11/03/2024	Final	25.191	
Capital de Giro	Itaú	CDI + 3,4% a.a.	28/11/2023	Mensal	20.293	20.366
Capital de Giro	Alpha	2,5% a.a.	20/09/2023	Mensal	20.084	20.000
Capital de Giro	Itaú	CDI + 2,64% a.a.	21/09/2023	Mensal	20.369	32.578
Capital de Giro	Itaú	CDI+ 2,75% a.a.	27/01/2023	Final	20.371	20.804
Capital de Giro	Itaú	CDI + 3,23% a.a.	28/02/2023	Final	15.287	15.478
Capital de Giro	Bradesco	CDI + 0,1324% a.m.	27/03/2024	Semestral	14.829	20.469
Capital de Giro	Bocon	CDI + 1,5% a.a.	26/04/2024	Final	9.916	9.916
Capital de Giro	Bocon	CDI + 1,75% a.a.	26/04/2024	Mensal	9.631	12.152
Capital de Giro	Itaú	CDI + 1.80% a.a.	05/12/2023	Semestral	8.242	16.425
Capital de Giro	Bradesco	CDI + 0,13 a.a.	27/03/2024	Semestral	7.415	10.235
Capital de Giro	Santander	CDI + 2,90% a.a.	17/03/2023	Final	-	9.004
Capital de Giro	UNICRED	100% CDI+2,43% a.a.	01/03/2026	Mensal	5.684	7.418
Capital de Giro	Daycoval	0,49% a.m.	21/10/2024	Mensal	538	831
Capital de Giro	Santander	1,09% a.m.	10/09/2025	Mensal	5.374	6.889
Capital de Giro	UNICRED	CDI + 0,20 % a.m.	01/08/2024	Mensal	3.373	5.379
Capital de Giro	UNICRED	CDI + 0,42 % a.m.	01/08/2024	Mensal	3.334	5.334
Capital de Giro	Itaú	CDI + 1,79% a.a.	14/03/2022	Semestral	-	3.139
Capital de Giro	Itaú	CDI + 1,79% a.a.	18/04/2023	Mensal	3.585	3.635
Capital de Giro	Itaú	CDI + 1,79% a.a.	14/03/2022	Semestral	-	1.395
Capital de Giro	SICOOB	11% a.a.	25/01/2023	Mensal	23	289
Capital de Giro	SICOOB	0,80% a m.	26/06/2023	Mensal	850	-
Capital de Giro	Bocon	CDI + 1,75% a.a.	01/12/2022	Mensal	-	2.712
Capital de Giro	Bradesco	0,95% a.m.	28/08/2023	Mensal	163	428
Capital de Giro	Unicred	CDI + 7,96% a.a.	20/04/2024	Mensal	269	467
Capital de Giro	Bradesco	100% CDI + 1,75% a.a.	16/02/2023	Mensal	789	5.456
Capital de Giro	Bocon	CDI + 1,75% a.a.	05/12/2022	Mensal	-	1.283
Capital de Giro	Itaú	CDI + 1,79% a.a.	14/03/2022	Mensal	-	6.795
Capital de Giro	UNICRED	CDI+0,20% a.m.	01/03/2026	Mensal	1.437	1.871
Capital de Giro	Uniprime	CDI + 0,50 a.m.	31/01/2023	Mensal	1.100	-
Outros	Diversos	CDI + (média de 2% a.a.)	-	Mensal	12.898	12.243
Total					1.139.017	667.336
Circulante - Empréstimos e Financiamentos					252.983	195.355
Circulante - Debêntures					21.477	-
Não circulante - Empréstimos e Financiamentos					270.231	162.417
Não circulante - Debêntures					594.326	309.564

As debêntures e os principais empréstimos e financiamentos foram captações de recursos para fortalecimento de caixa e efetuar aquisições de empresas, substancialmente sob a modalidade de capital de giro conforme demonstrado abaixo:

Linhas de crédito	2022	2021
Capital de giro (i)	428.824	278.497
Debêntures (ii)	615.803	309.564
BNDES (iii)	81.491	69.781
Financiamento (iv)	7.540	6.486
Outros	5.359	3.008
Total	1.139.017	667.336

Empréstimos sob a modalidade de capital de giro, captados pelas controladas para aquisição de equipamento de cirurgia robótica para utilização no centro cirúrgico e aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares. (ii) Debêntures emitidas pela Controladora para financiar a expansão de suas atividades entre outros. (iii) Empréstimos contratados nas empresas controladas sob a modalidade de financiamento BNDES para fins de modernização de unidades e aquisição de máquinas e equipamentos. (iv) Empréstimos contratados nas empresas controladas sob a modalidade de financiamento de construção e aquisição de máquinas e equipamentos. c) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures A movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo inicial	397.142	50.380	667.336	307.469
Adições (i)	212.811	434.564	615.887	514.802
Juros incorridos	55.134	17.545	117.909	45.827
Pagamento de principal	(46.831)	(90.567)	(148.100)	(177.338)
Pagamento dos encargos financeiros	(45.484)	(14.780)	(114.015)	(23.424)
Saldo em 31 de dezembro	572.772	397.142	1.139.017	667.336

(i) Em 15/07/2021, a Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hospital Care Caledônia S.A., no montante de R$300.000 com prazo de 5 anos e vencimento em 15/07/2026. Em 15/12/2022 em assembleia geral dos debenturistas foram estabelecidos novos índices de "*covenant financeiro*" medido semestralmente e anualmente pelas demonstrações financeiras conforme mencionados abaixo: • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 4,0 para dezembro 2022". • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 3,5 para 30/06/2023". • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 3,0 a partir de 31/12/2023". • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 2,5 a partir de junho de 2024" 0. Em 22/12/2022, a Controladora celebrou o "Instrumento Particular da 2º (segunda) Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hospital Care Caledônia S.A., no montante de R$150.000 com prazo de 5 anos e vencimento em 28/12/2027.Tal instrumento possui o seguinte "*covenant financeiro*" medido semestralmente e anualmente pelas demonstrações financeiras: • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 3,5 para 30/06/2023". • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 3,0 a partir de 31/12/2023". • "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 2,5 a partir de junho de 2024" d) Cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*") A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas a determinados contratos de Capital de Giro e Financiamento com o Banco Itaú S.A. e BNDES, os quais requerem mensuração periódica (anual), sendo: BNDES i. Relação entre dívida líquida e "*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA*" dos últimos 12 meses ("exercício"), os quais não poderão ser superiores a 2,5 nos fechamentos anuais consolidados da Companhia. Em 08 de dezembro de 2022 a Companhia obteve a Anuência/Waiver prévio referente ao não atingimento do índice financeiro estabelecido. Banco Itaú S.A. ii. Relação entre dívida líquida expandida e "*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA"* dos últimos 12 meses ("exercício"), os quais não poderão ser superiores a 4,0 no fechamento anual consolidado da Companhia. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que preveem hipóteses de vencimento antecipado, as quais incluem, dentre outras, "*cross-default*" e "*cross acceleration*" e está sujeita a cláusulas restritivas ("*covenants não financeiros*") em caso de: • Falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade. • Falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto de qualquer obrigação não pecuniária prevista no contrato. • Requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência. • Sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora. • Se a Companhia e/ou seu devedor solidário, propuserem plano de recuperação extrajudicial ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtido judicial do referido plano. • Se a Companhia e/ou seu devedor solidário ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente. • Mudança relevante no estado econômico-financeiro. • Mudança e/ou alteração do objeto social ou atividades realizadas pela Companhia ou de seu devedor solidário, de forma a substituir ou a agregar às atuais atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios às atividades desenvolvidas. • Alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia e/ou de qualquer devedor solidário, ou ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, exceto nas hipóteses em que for mantido o controle direto ou indireto da Companhia; ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da mesma sem a anuência do emissor da dívida. Em 31/12/2022 a Companhia e suas controladas estão adimplentes com as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras de seus contratos. e) Risco de taxas de juros A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e a análise de sensibilidade para os empréstimos e financiamentos estão divulgadas na nota explicativa nº 25. f) Garantias Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por: • SLHC - representado por Hospital Especializado de Ribeirão Preto Ltda. com garantia de alienação fiduciária. • HBS - Os empréstimos e financiamentos possuem como garantias os recebíveis e como avalista a Hospital Care Caledônia S.A. **19. Obrigações Trabalhistas e Tributárias** a) Composição dos saldos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisão de férias e encargos	2.223	3.258	42.474	36.816
Salários e encargos sociais	987	848	35.592	26.445
Participações nos lucros	500	5.968	6.551	10.256
Outros	8	19	2.736	2.707
Total obrigações trabalhistas	3.718	10.093	87.353	76.224
Parcelamento de tributos federais (i)	-	-	32.921	39.481
Imposto de renda e contribuição social	261	261	8.875	7.355
PIS e COFINS	466	156	13.802	10.206
ISS	84	69	16.435	14.534
Outros	676	1.040	8.665	6.759
Total obrigações tributarias	1.487	1.526	80.698	78.335
Total	5.205	11.619	168.051	154.559
Circulante	5.205	11.619	144.443	122.597
Não circulante	-	-	23.608	31.962

Referem-se a parcelamentos de tributos federais nas empresas controladas. Aproximadamente R$16.007 na controlada HSL e R$5.743 na controlada HR, ambas referente a impostos devidos à Receita Federal relativos a tributos atrasados e com o Procuradoria Geral da Fazenda Nacional relativos a débitos inscritos em dívida ativa da União referentes à Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.996/2014. Os demais parcelamentos de tributos referem-se a PIS e COFINS monofásico e outras naturezas b) O cronograma de pagamento do passivo não circulante está assim demonstrado:

Ano	Consolidado 2022	Consolidado 2021
2024	9.159	8.157
2025	8.115	7.186
2026	5.555	4.857
A partir de 2027	779	11.762
	23.608	31.962

20. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde - Consolidado

	2022	2021
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS (PESL) (i)	11.428	5.471
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (ii)	11.718	11.814
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (iii)	8.922	9.282
Total	32.068	26.567
Circulante	29.568	21.104
Não circulante	2.500	5.463

Provisão de Eventos a Liquidar é calculada com base nas contas médicas avisadas pelos prestadores de serviços de assistência à saúde, ou então, no caso de Ressarcimento ao SUS quando do conhecimento do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI. (ii) Valor referente a provisão PEONA - Provisão de eventos ocorridos e não avisados referente a controlada 2Care. (iii) PPCNG - Provisão para contraprestação não ganha e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora, referente a cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito de Receita de Contraprestações, a medida em que decorre o período de cobertura contratual. **21. Provisão para Riscos - Consolidado** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários e trabalhistas. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão contabilizados, mas sua natureza será divulgada. A Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Natureza dos processos	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cíveis	22.111	18.608
Trabalhistas	12.332	11.459
Tributários	24.933	20.186
Total	59.376	50.253

Prováveis As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. i) Cíveis As provisões de natureza cível correspondem ao total de R$22.111 (R$18.608 em 2021) dentre as quais é possível destacar um processo, com valor estimado em R$1.367, no qual se discute a apuração de haveres de questões societárias e três ações indenizatórias com valores estimados conjuntamente considerados em R$6.907. Há ainda uma ação alegando descumprimento contratual com valor estimado de R$2.354. ii) Trabalhistas Refere-se aos processos relacionados principalmente de reclamações relacionadas a adicional de insalubridade, horas extras e intervalo intrajornada. E temos adições por aquisição das subsidiárias das empresas HES que correspondem ao total de R$1.495. iii) Tributárias As provisões de natureza tributária totalizam R$24.933 (R$20.186 em 2021). Isoladamente considerados, importante salientar a existência de processo movido em face da Prefeitura Municipal de Campinas, no qual se discute o valor a ser pago a título de IPTU por divergência entre contribuinte e municipalidade quanto à base de cálculo a ser utilizada, avaliado em R$12.280 (R$11.314 em 2021). Adicionalmente, parte do saldo está substancialmente representado pelo risco contingente no montante de R$7.890 da HPC (adquirida em 2021). Importante ressaltar também a mudança de procedimento da Administração da Companhia que passou a contabilizar causas contingentes de natureza tributária que se encontra em esfera administrativa, desta forma, foi considerado a provisão de R$2.775 referente ao Auto de Infração referente a dedução de glosas na base de apuração do IRPJ e CSLL do período de 2013 a 2015 da HR. b) Possíveis i) Cíveis Os processos cíveis da Companhia classificados como risco de perda possível são compostos, em sua maioria, por ações indenizatórias e ações de beneficiários de plano de saúde intentando cobertura de tratamentos não constantes no rol de procedimentos obrigatórios da ANS e totalizam o montante de R$126.624 (R$66.862em 2021). Há também a ação de pedido de resiliação contratual, com alegação de culpa exclusiva da Companhia, combinado com pedido de indenização por lucros cessantes e danos emergentes no montante de R$46.095. O aumento de valores está relacionado ao aumento do número de processos da Companhia. ii) Trabalhistas Os processos trabalhistas da Companhia classificados como risco de perda possível são compostos, em sua maioria, por reclamações trabalhistas postulando pagamento de adicional de insalubridade, diferenças de adicional de insalubridade, horas extras e intervalo intrajornada, que totalizam R$19.340 (R$13.919 em 2021). iii) Tributários Os processos tributários da Companhia classificados como risco de perda possível referem-se, em sua maioria, a pedidos de restituição do SUS, por atendimento na rede pública de beneficiários de planos de saúde. Atualmente, perfazem o montante de R$22.179 (R$21.263 em 2021). Também destacamos os processos nos quais a União considera sem efeito as compensações realizadas pela Companhia e cobra débitos que ela entende devidos a título de contribuição previdenciária, acrescidos de multa, que somados, totalizam R$21.395. c) Movimentação dos saldos

	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2020	15.761	5.805	42.251	63.817
Adições (i)	7.385	6.864	12.384	26.633
Correção Monetária	2.680	1.385	1.130	5.195
Reversões	(5.448)	(1.806)	(35.579)	(42.833)
Pagamentos	(1.770)	(789)	-	(2.559)
Saldo em 31/12/2021	18.608	11.459	20.186	50.253
Adições (ii)	7.663	1.846	2.801	12.310
Correção Monetária	3.733	2.706	1.970	8.409
Reversões	(4.835)	(2.472)	(24)	(7.331)
Pagamentos	(3.058)	(1.207)	-	(4.265)
Saldo em 31/12/2022	22.111	12.332	24.933	59.376

(i) Substancialmente representado pelo saldo de combinação de negócios no montante de R$14.168, vide nota explicativa nº 12. (ii) Substancialmente representado por ações indenizatórias das empresas HVC, HES e CSH. d) Depósitos judiciais

	2022	2021
Depósitos tributários (*)	15.650	14.530
Depósitos trabalhistas	4.454	3.637
Depósitos cíveis	2.052	2.259
Total	22.156	20.426

(*) Inclui depósitos judiciais de R$12.116 (R$11.199 em 2021), corrigidos pelo IPC, relacionados a processo contra Prefeitura Municipal de Campinas discutindo o valor a ser pago a título de IPTU por divergência quanto à base de cálculo a ser utilizada. **22. Patrimônio Líquido** Em 31/12/2022, o capital social da Companhia é de R$541.974 (R$541.974 em 2021), compostos por 129.351.918 ações ordinárias (129.351.918 ações ordinárias em 31/12/2021). a) Composição do capital social 2022 e 2021:

Acionistas	Quantidade de ações	Classe de ações	Participação
Crescera Growth Capital Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	46.143.224	Ordinárias	35,67%
Abaporu Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	26.879.549	Ordinárias	20,78%
Colmar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	22.399.623	Ordinárias	17,32%
Minoritários HVC	13.082.353	Ordinárias	10,12%
Minoritários BSHC	7.852.489	Ordinárias	6,07%
Minoritários SLHC	4.764.798	Ordinárias	3,68%
Minoritários Austa	3.683.200	Ordinárias	2,85%
Demais acionistas – pessoas físicas	4.546.682	Ordinárias	3,51%
Total	129.351.918		100%

De acordo com o estatuto da Companhia cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Movimentação do capital social

Movimentação em 2021	Quantidade de ações
Ações Ordinárias em 31 de dezembro de 2020	381.680.831
Ações Preferenciais em 31 de dezembro de 2020	18.186.727
Total de ações em 31 de dezembro de 2020	399.867.558
Ações Preferenciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (ações preferenciais)	18.186.727
Conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, AGE 17 de fevereiro de 2021	(18.186.727)
Ações Ordinárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (ações ordinárias)	381.680.831
Aumento de capital, AGE 17 de fevereiro de 2021 (ações ordinárias)	8.755
Conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, AGE 17 de fevereiro de 2021	18.186.727
	399.876.313
Grupamento das ações, atribuindo 1 nova ação em substituição a cada grupo de 4 ações, AGE 23 de março de 2021	99.969.078
Aumento de capital, AGE de 30 de junho de 2021 (ações ordinárias)	29.382.840
Total de ações em 31 de dezembro de 2021	129.351.918

Movimentação em 2022	Quantidade de ações
Total de Ações Ordinárias em 31 de dezembro de 2021	129.351.918
Ações Ordinárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (ações ordinárias)	129.351.918
Total de ações em 31 de dezembro de 2022	129.351.918

Subscrição do capital social Em 15/01/2021 a Hospital Care S.A. realizou a integralização de capital no montante de R$50.353, referente a capital subscrito em 31/12/2020. Em 17/02/2021, foi deliberado em AGE a incorporação da controladora Hospital Care S.A. pela Companhia com base em laudo preparado por avaliadores independentes. O capital subscrito decorrente da incorporação foi de R$20. Em 30/06/2021, foi deliberado em AGE a incorporação da SF 279 Participações Societárias S.A. pela Companhia com base em laudo preparado por avaliadores independentes. O capital subscrito decorrente da incorporação foi de R$48.532. d) Reserva legal Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item (a) do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. Devido ao prejuízo apresentado no exercício de 2022, não foi constituída reserva legal (R$3.564 em 2021). Nos termos do art. 132 da lei 6.404 de 1976, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") em 28/07/2022, por meio da qual os acionistas deliberaram, dentre outras matérias, pela destinação de 5% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 2021 à reserva legal e o saldo remanescente do lucro fosse retido para fazer frente a proposta de orçamento de capital da Companhia. Cabe ressaltar, por fim, que o Orçamento de Capital proposto foi aprovado pelos acionistas na AGO. e) Resultado básico e diluído por ação O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Cálculo em 31 de dezembro de 2022

	Ordinárias	Total
Resultado do exercício atribuível aos Controladores da Companhia		(43.896)
Ações disponíveis	129.351.918	129.351.918
Média ponderada das ações disponíveis (i)	129.351.918	129.351.918
Resultado por ação básico e diluído - R$		(0,3394)

Cálculo em 31 de dezembro de 2021

	Preferenciais	Ordinárias	Total
Resultado do exercício atribuível aos Controladores da Companhia			71.270
Ações disponíveis	-	129.351.918	129.351.918
Média ponderada das ações disponíveis (i)	585.463	114.276.006	114.861.469
Resultado por ação básico e diluído - R$			0,6205

A média ponderada das ações considera a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias e o grupamento das ações, atribuindo 1 nova ação em substituição a cada grupo de 4 ações, vide nota explicativa nº 22 (b). f) Ágio em transações de capital 2021 Ágio gerado através da aquisição de participação das controladas onde os valores efetivamente pagos pelas participações foram superiores aos valores de livros em R$31.890. g) Migração de acionistas minoritários 2021 A Companhia realizou uma reestruturação societária onde os sócios não controladores das controladas indiretas da Controladora trocaram a participação societária que detinham nas controladas indiretas por participação societária nas controladas diretas da Companhia, de tal forma que os sócios não controladores detivessem participação societária na controladora que possui participação nas controladas indiretas. Esta reestruturação resultou em uma

...continuação acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2022 e de 2021 podem ser assim sumariados:

	Consolidado 2022	2021
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 16)	1.139.017	667.336
(+) Instrumentos financeiros derivativos, líquido (nota explicativa nº 25) (a)	3.654	-
(+) Contas a pagar por aquisição (nota explicativa nº 11)	109.096	152.460
(+) Mútuos líquidos (nota explicativa nº 8)	(3.549)	(9)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3)	(300.580)	(136.898)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 4)	(94.477)	(84.822)
Dívida líquida	853.161	598.076
Patrimônio líquido	586.659	615.913
Relação dívida líquida/patrimônio líquido	145,43%	97,14%

O índice de alavancagem financeira é calculado pela relação dívida líquida/patrimônio líquido. É um dos métodos adotados pela Companhia para monitorar seu nível de endividamento. (a) Durante o exercício findo em 31/12/2022 a Companhia realizou novas captações de empréstimos e financiamentos com o objetivo de modernização das unidades e aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares, como por exemplo, aquisição de equipamento de cirurgia robótica para utilização nos centros cirúrgicos. Adicionalmente houve emissão de debêntures com o intuito de estruturação das dívidas de capital de giro. Risco das taxas de juros A Companhia possui instrumentos financeiros em moedas locais sujeitos principalmente à flutuação da taxa CDI e TJLP. O risco inerente a esses ativos e passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nestas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade utilizou como cenário provável (Cenário I) a média das expectativas de mercado em 31/12/2022, conforme cotações obtidas na B3 e no BNDES. Os Cenários II e III levam em consideração um incremento nestas taxas de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	Cenário I atual	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa do CDI (a.a.) (i)	13,41%	16,76%	20,12%
Taxa do TJLP (a.a.) (ii)	7,37%	9,21%	11,06%
Taxa IPCA (a.a.) (iii)	5,31%	6,64%	7,97%
Taxa INPC (a.a.) (iv)	4,90%	6,13%	7,35%
Dólar estadunidense (iii)	1,00%	1,25%	1,50%

Cenários	Cenário I atual	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Aplicações financeiras (CDI)	(7)	(9)	(10)
Títulos e valores mobiliários (CDI)	(11.375)	(14.218)	(17.062)
Instrumento financeiro derivativo ativo (IPCA + US$)	(10.428)	(13.035)	(15.642)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (CDI + TJLP)	138.199	172.749	207.299
Instrumento financeiro derivativo passivo (CDI)	40.259	50.323	60.388
Contas a pagar por aquisição (CDI + INPC + IPCA)	8.589	10.737	12.884
Efeito de despesa líquido no resultado	165.238	206.548	247.857

Fonte: B3 S.A. (ii) Fonte: BNDES (iii) Fonte: BACEN (iv) Fonte: INPE Risco de liquidez Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (consolidado):

31/12/2022 Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Juros a Incorrer	Total
Fornecedores	215.311	2.589	-	-	217.900	-	217.900
Empréstimos, financiamentos e debêntures	294.460	597.453	481.112	132.840	1.505.865	(366.848)	1.139.017
Instrumentos Financeiros – derivativos, líquidos	2.067	791	619	177	3.654	-	3.654
Contas a pagar por aquisição	93.543	1.653	20.687	-	115.883	(6.787)	109.096

31/12/2021 Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Juros a Incorrer	Total
Fornecedores	166.189	940	691	-	167.820	-	167.820
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.358	181.535	401.467	10.266	788.626	(121.290)	667.336
Contas a pagar por aquisição	55.738	93.181	14.815	-	163.734	(11.274)	152.460

Risco de mercado A Companhia e suas controladas atuam na prestação de serviços médico-hospitalares em hospitais, clínicas, pronto socorro e outras organizações de gênero médico-hospitalar, assistencial e prestação de serviços de tomografia e serviços de ressonância magnética. A Administração entende que não existe risco eminente na atual atividade e que as condições de mercado são bastante favoráveis ao desenvolvimento do setor. Em 31/12/2022 e de 2021, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Derivativos Em 31/12/2022, a Companhia possui *swaps* contabilizados com a finalidade de proteger determinados contratos de empréstimos contra oscilações de taxas de juros e de câmbio. Os *swaps* trocam taxa de inflação IPCA + spread e dólar estadunidense + spread por CDI + spread.

Descrição	Vencimento / Taxas	2022 Valor Justo	2021 Valor Justo
Swap – 22155	15/12/2027		
Ativo	IPCA - 4,3708%	12.647	-
Passivo	CDI - 0,2%	(13.195)	-
Swap - 22156	15/12/2027		
Ativo	IPCA - 4,3708%	6.098	-
Passivo	CDI - 0,2%	(6.362)	-
Swap - 22154	16/08/2027		
Ativo	IPCA - 4,8321%	37.237	-
Passivo	CDI - 0,6%	(38.730)	-
Swap - 22265	16/08/2027		
Ativo	IPCA - 4,8322%	8.696	-
Passivo	CDI - 0,05%	(8.948)	-
Swap - 22266	15/12/2027		
Ativo	IPCA - 4,3708%	8.433	-
Passivo	CDI - 0,35%	(8.696)	-
Swap - 21L00849440	19/12/2022		
Ativo	US$ - 2,4435%	33.531	-
Passivo	CDI - 1,69%	(34.032)	-
Swap - BTG	15/06/2029		
Ativo	IPCA -	123.272	-
Passivo	CDI -	(123.449)	-
Swap - 22F01279801	01/07/2024		
Ativo	US$ - 6,8176%	66.645	-
Passivo	CDI - 3,33%	(66.801)	-
Efeito líquido		(3.654)	-

28. Informação por Segmento Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia atua em 3 segmentos, sendo: Serviços hospitalares - atividades de pronto-socorro e unidades hospitalares em diversas especialidades. Plano de saúde - atividade de operadora de plano de assistência à saúde. Outros serviços clínicos - atividade de serviços clínicos hospitalares gerais como diagnósticos por imagem, médicas ambulatoriais, consultas médicas multiprofissionais e procedimentos clínicos. Os segmentos operacionais são definidos a partir das atividades de negócio que se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão da Companhia para avaliação do desempenho e alocação de recursos aos respectivos segmentos. As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada dos segmentos operacionais reportáveis para os exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021. a) Informação por segmentos em 31/12/2022

	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Outros	Combinado dos segmentos operacionais	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	716.471	186.613	241.567	1.144.651	(96.074)	1.048.577
Ativo não circulante	1.331.492	40.965	1.517.726	2.890.183	(1.302.451)	1.587.732
Total ativo	2.047.963	227.578	1.759.293	4.034.834	(1.398.525)	2.636.309
Passivo circulante	(888.558)	(60.263)	(184.848)	(1.133.670)	307.243	(826.427)
Passivo não circulante	(984.554)	(29.594)	(783.460)	(1.797.607)	574.384	(1.223.223)
Total passivo	(1.873.112)	(89.857)	(968.308)	(2.931.277)	881.627	(2.049.650)
Patrimônio Líquido	(174.851)	(137.721)	(790.985)	(1.103.557)	516.898	(586.659)
Total passivo + Patrimônio líquido	(2.047.963)	(227.578)	(1.759.293)	(4.034.834)	1.398.525	(2.636.309)

	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Outros	Combinado dos segmentos operacionais	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.309.514	465.429	(4.515)	1.770.428	275.496	2.045.924
Custo dos serviços prestados	(1.049.954)	(476.957)	3.006	(1.523.905)	(275.496)	(1.799.401)
Lucro bruto	259.560	(11.528)	(1.509)	246.523	-	246.523
Despesas gerais e administrativas	(92.947)	(7.731)	(18.524)	(119.202)		(119.202)
Despesas comerciais	(15.643)	(881)	3.543	(12.981)		(12.981)
Resultado de equivalência patrimonial	7.472	-	(214.518)	(207.046)	206.718	(328)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	15.980	15.980		15.980
	(101.118)	(8.612)	(213.519)	(323.249)	206.718	(116.531)
Lucro antes do resultado financeiro	158.442	(20.140)	(215.028)	(76.726)	206.718	129.992
Resultado financeiro						(134.884)
Imposto de renda e contribuição social						(36.984)
Lucro líquido do exercício						(41.876)

Informação por segmentos em 31 de dezembro de 2021

	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Outros	Combinado dos segmentos operacionais	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante	480.361	162.991	63.131	706.483	(42.669)	663.814
Ativo não circulante	831.712	51.716	1.361.190	2.244.618	(863.286)	1.381.332
Total ativo	1.312.073	214.707	1.424.321	2.951.101	(905.955)	2.045.146
Passivo circulante	(673.376)	(48.424)	(117.479)	(839.279)	232.718	(606.561)
Passivo não circulante	(380.355)	(32.480)	(494.344)	(907.179)	84.506	(822.673)
Total passivo	(1.053.731)	(80.904)	(611.823)	(1.746.458)	317.224	(1.429.234)
Patrimônio Líquido	(258.342)	(133.803)	(812.498)	(1.204.643)	588.731	(615.912)
Total passivo + Patrimônio líquido	(1.312.073)	(214.707)	(1.424.321)	(2.951.101)	905.955	(2.045.146)

	Serviços hospitalares	Plano de saúde	Outros	Combinado dos segmentos operacionais	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.429.167	454.569	4.515	1.888.251	(271.541)	1.616.710
Custo dos serviços prestados	(1.245.216)	(432.573)	(3.007)	(1.680.796)	271.541	(1.409.255)
Lucro bruto	183.951	21.996	1.508	207.455	-	207.455
Despesas gerais e administrativas	(27.832)	(6.580)	(40.705)	(75.117)	-	(75.117)
Despesas comerciais	(10.284)	(1.767)	(3.543)	(15.594)	-	(15.594)
Resultado de equivalência patrimonial	23.566	-	214.397	237.963	(238.063)	(100)
Outras despesas operacionais, líquidas	14.415	(7.130)	2.121	9.406	-	9.406
	(135)	(15.477)	172.270	156.658	(238.063)	(81.405)
Lucro antes do resultado financeiro	183.816	6.519	173.778	364.113	(238.063)	126.050
Resultado financeiro						(59.017)
Imposto de renda e contribuição social						12.661
Lucro líquido do exercício						79.694

29. Seguros A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, conforme demonstrado a seguir: Composição – Controladora

Tipo	Tipo de Cobertura	Vigência	Valor segurado	Prêmio de seguro
D&O	Indenização aos administradores e reembolso ao tomador.	02/04/2022 a 02/04/2023	30.000	46
Total			30.000	46

Composição – Consolidado

Tipo	Tipo de Cobertura	Vigência	Valor segurado	Prêmio de seguro
D&O	Indenização aos administradores e reembolso ao tomador.	02/04/2022 a 02/04/2023	30.000	43
Financeira	Financeira	01/01/2022 a 01/01/2023	368	10
Imóvel Patrimonial	Incêndio, raio e explosão, recomposição de documentos, danos elétricos, impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves, roubo e furto, despesas fixas, perda ou pagamento de aluguel, vidros e responsabilidade civil	28/10/2021 a 16/08/2023	668.601	142
	Gerador estacionário	14/06/2023	77.590	20
Veículo	Colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais, danos corporais, danos morais, estéticos, morte, invalidez e despesas médico-hospitalares.	14/06/2022 a 24/09/2023	9.610	24
Vida	Morte, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e verbas rescisórias	01/02/2022 a 31/01/2023	7	2
Equipamento	Danos de causas externa incêndio, raio e explosão danos elétricos.	04/08/2022 a 04/08/2023	43.253	11
Total			529.430	251

30. Transações que não Afetam o Fluxo de Caixa As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Reversão de dividendos a pagar	14.757	-	14.757	-
Reversão de dividendos a receber	21.246	-	-	-
Valor justo de mais valia	-	-	83	-
Alocação de mais valia entre imobilizado e intangível	-	-	967	24.453
Migração de minoritários	-	44.333	-	44.333
Incorporação reversa	-	20	-	20
Incorporação da SF279	-	48.533	-	48.533
Aquisição de investimento por contas a pagar	-	57.786	9.313	83.648
Opção de compra ativo e investimento/intangível	-	14.311	-	28.321
Opção de venda investimento e patrimônio líquido	-	7.641	-	-
Opção de venda passivo e patrimônio líquido	-	28.330	-	36.471
Dividendos a receber	-	21.246	-	-
Dividendos propostos	-	14.758	-	14.758
Imposto de renda diferido e Intangível	-	-	-	16.771
Saldos a receber por incorporação	-	2.677	-	2.677
Adição de arrendamento mercantil	12.743	-	126.017	14.336

Combinação de negócios do exercício (vide nota explicativa nº 12). **31. Eventos Subsequentes** Empréstimos e financiamentos Em 26/01/2023, o São Lucas Ribeirania S.A. assinou o terceiro termo aditivo à cédula de crédito bancário Nº 101121010001900 (datada de 28/01/2021) com o Banco Itaú Unibanco S.A. considerando o saldo devedor de R$20.000, com novo vencimento em 26/01/2024. Em 16/03/2023, o Hospital Vera Cruz S.A. assinou o aditamento referente a Cédula de Crédito Bancário de nº 000160321221 com Banco Santander S.A. no montante de R$10.000, com novo vencimento em 11/03/2024. Em 27/03/2023, o Imagem Centro de Diagnóstico Médico S.A. assinou a Cédula de Crédito Bancário nº 2023170076 com a Cooperativa de Crédito Unicred Valor Capital Ltda no montante de R$10.191, com vencimento em 19/02/2025. Aumento de capital em controlada Em 16/02/2023, a Companhia aumentou o capital social da controlada Excella Gestão de Saúde Populacional Ltda em R$5.018 mediante a emissão de 5.018.434 novas cotas com valor nominal de R$1,00 passando o capital social para o valor de R$16.378. **32. Aprovação das Demonstrações Financeiras** As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 5/04/2023.

DIRETORIA

JOÃO MARCOS BEZERRA - DIRETOR FINANCEIRO
FERNANDO FERRAZ DE TOLEDO MACHADO - DIRETOR PRESIDENTE

CONTADOR

GUILHERME HENRIQUE GOCKOS SILVA - CRC 1SP315633/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Hospital Care Caledônia S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hospital Care Caledônia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hospital Care Caledônia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Hospital Care Caledônia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento da receita Por que foi considerado um PAA Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, parte substancial das receitas da Companhia são provenientes da prestação de serviços hospitalares e clínicas médicas, incluindo a utilização de medicamentos e materiais hospitalares, e o reconhecimento é com base nos serviços executados, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecida, faturada ou não faturada e a estimativa das perdas (“glosas”) sobre os procedimentos efetuados e dos materiais e medicamentos utilizados que eventualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde. Esses processos envolvem controles e análises complexas para assegurar que as receitas dos serviços prestados sejam contabilizadas dentro do período de competência e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, bem como assegurar que os saldos a receber correspondentes estejam reconhecidos pelo valor realizável. Considerando a relevância dos montantes envolvidos e as características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria endereçou esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados aos processos de reconhecimento de receita; (ii) a avaliação do reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais em base amostral; (iii) a análise mensal das receitas para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida; (iv) a análise das premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas; (v) o recálculo das provisões para glosas, com base na posição de clientes e nos percentuais de perdas com glosas auferidas; e (vi) a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências em alguns dos controles internos relacionados ao reconhecimento de receita e ajustes que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. A Diretoria, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados descritos anteriormente, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas e estimativas de perdas com glosas da Companhia, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos** Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**. A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 5 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2 SP 011609/O-8
RENATO FOGANHOLI ASAM
CONTADOR - CRC Nº 1 SP 264889/O-0

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 19/04/2023 14:05:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25778

ICP Brasil